



MINISTÉRIO DA PESCA E AQUICULTURA

REDE NACIONAL COLABORATIVA PARA A GESTÃO SUSTENTÁVEL DOS RECURSOS PESQUEIROS - REDE PESCA BRASIL

COMITÊ PERMANENTE DE GESTÃO DA PESCA E DO USO SUSTENTÁVEL DOS ATUNS E AFINS (ATUNS E AFINS)

ATA DA 8ª REUNIÃO ORDINÁRIA

REUNIÃO MISTA

SÃO JOSE - SC, 11 e 12 de dezembro de 2025

1. ABERTURA

A 8ª Reunião Ordinária do Comitê Permanente de Gestão da Pesca e do Uso Sustentável dos Atuns e Afins (CPG Atuns e Afins) ocorreu nos dias 11 e 12 de dezembro de 2025, de forma mista, sendo presencial em São José - SC, e remota por videoconferência pelo aplicativo Microsoft Teams.

A Secretária Executiva do CPG, Sra. Sandra Souza, cumprimentou os participantes e leu as orientações para a condução da reunião mista. Destacou o respeito ao tempo de fala, o uso da função "levantar a mão" no aplicativo para pedir a palavra, microfones desligados fora do momento de fala e câmeras ligadas, e o respeito entre os participantes. Foi reforçada a necessidade de assinatura da lista de presença, tanto virtual quanto presencial. Em sequência, deu início à apresentação dos participantes.

2. PARTICIPANTES

Abaixo segue a relação dos membros, representantes e convidados que participaram da 8ª Reunião Ordinária do CPG Atuns e Afins, realizada de forma mista:

- Secretaria-Executiva do CPG Atuns e Afins

Senhora Sandra Souza (Secretária Executiva)

Senhora Mônica Cavalcanti (Apoio Técnico)

Senhora Thamires Ventura (Apoio Técnico)

Senhor Caio Faro (Apoio Técnico)

Senhora Clarice Aoto (Apoio Administrativo)

- Ministério da Pesca e Aquicultura (MPA)

Senhor Alex Souza Lira (SERMOP)

Senhora Adayse Bossolani (SNPA)

Senhora Carolina Doria (SERMOP)



MINISTÉRIO DA PESCA E AQUICULTURA

Senhora Rafaela Maria de Brito (SNPA)

Senhora Esther Mirian Mesquita (SNPI)

Senhor Willian Bezerra Silva (SNPI)

Senhora Ana Paula Maia Doin (SNPI)

Senhor Artur Alves Araujo Nogueira

- Ministério do Meio Ambiente (MMA)

Senhor Antônio Queiroz Lezama

- Ministério do Trabalho e Emprego (MTE)

Senhor Mauro Costa Cavalcante Filho

- Ministério de Portos e Aeroportos (MPOR)

Senhor Edigar Martins

- Estado-Maior da Armada da Marinha do Brasil (MB/MD)

Senhor Comandante Alexandre Fonseca Azeredo

- Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA)

Senhora Cláudia Zagaglia

- Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio)

Senhora Mônica Peres

Senhora Angela Zaccaron da Silva

Senhor Silvio de Souza Junior

Mariano Giampier Torpoco

- Secretaria da Pesca e Aquicultura do Estado do Ceará (SPA-CE)

Senhor Luiz Vieira de França Neto

- Secretaria da Pesca e Aquicultura do Estado do Amapá (SEPAQ-AP)

Senhor Francisco Pereira Canafistula

Senhor Ricardo Silveira de Medeiros



MINISTÉRIO DA PESCA E AQUICULTURA

- Associação Brasileira das Indústrias de Pescados (ABIPESCA)

Senhora Laís Belsito Pestana

- Associação Brasileira de Engenharia de Pesca (ABEP)

Senhora Patrícia Barros Pinheiro

- Associação dos Municípios da Região da Foz do Rio Itajaí (AMFRI)

Senhor Frank Max Marques

- Associação Nacional dos Armadores e Proprietários de Embarcações Pesqueiras (PESCA-BR)

Senhor Antônio Carlos Corrêa

Senhor Giovani Monteiro

- Coletivo Nacional da Pesca e Aquicultura (CONEPE)

Senhor Carlos Eduardo Villaça

Senhora Francine Ramos

- Federação Nacional dos Trabalhadores em Transportes Aquaviários e Afins (FNTTAA)

Senhor Antonio Hisashi Minki

- Sindicato da Indústria de Pesca do Estado do Rio Grande do Norte (SINDIPESCA-RN)

Senhor Rodrigo Hazin

Senhor Gustavo Burle

- Sindicato das Indústrias de Frio e Pesca do Estado do Ceará (SINDIFRIO-CE)

Senhor Fernando Botelho

- Sindicato das Indústrias de Pesca, da Aquicultura e das Empresas Armadoras, Armadores e Proprietários de Embarcações de Pesca do Estado do Pará - (SINPESCA)



MINISTÉRIO DA PESCA E AQUICULTURA

Senhor Apoliano do Nascimento

- Sindicato dos Armadores da Pesca do Estado do Rio Grande do Sul (SINDARPES-RS)

Senhor Alexandre Carinha Novo

- Sindicato dos Armadores e das Indústrias da Pesca de Itajaí e Região (SINDIPI)

Senhora Thaíza Maria Barreto

Senhor José Francisco Kowalsky

Senhora Geysa Marinho

Senhor Fernando das Neves

- Superintendência Federal de Pesca e Aquicultura do Estado do Ceará (SFPA-CE)

Senhor Thiago Holanda Basilio

Senhor Felipe Augusto Goyanna

- Superintendência Federal de Pesca e Aquicultura do Estado do Espírito Santo (SFPA-ES)

Senhor Gilney Soares Nascimento

- Superintendência Federal de Pesca e Aquicultura do Estado do Rio de Janeiro (SFPA-RJ)

Senhor Marcio Reis de Oliveira

- Superintendência Federal de Pesca e Aquicultura do Estado do Rio Grande do Sul (SFPA-RS)

Senhora Herica Pereira Rodrigues

- Superintendência Federal de Pesca e Aquicultura do Estado de Santa Catarina (SFPA-SC)

Senhora Mariana Mattos

- Superintendência Federal de Pesca e Aquicultura do Estado do Sergipe (SFPA-SE)

Senhor Thiago Holanda Basilio



MINISTÉRIO DA PESCA E AQUICULTURA

- Grupo Técnico-Científico do CPG Atuns e Afins (GTC)

Senhor Rodrigo Sant'Ana (Coordenador do GTC)

- Associação de Qualificação Social dos Armadores e Proprietários de Barcos de Pesca do Estado do Ceará (QUALIPESC)

Senhor Emanuel Neves

- Federação das Indústrias do Estado de Santa Catarina (FIESC)

Senhor André Luiz Dutra Mattos

Senhor Wilson Luiz Juliano dos Santos

Senhor Matheus Bittencourt de Brito

- Confederação Brasileira dos Trabalhadores da Pesca e Aquicultura (CBPA)

Senhor John Early

- Oceana Brasil

Senhora Letícia Bruning Canton

- Associação de pescadores e armadores da pesca do distrito de Itaipava no Espírito Santo (APEDI)

Senhor Ulysses Vieira Raposo (Também representando a Secretaria Municipal de Aquicultura e Pesca de Itapemirim - SEMAP)

- Sindicato dos Trabalhadores na Empresa de Pesca de Santa Catarina (SITRAPESCA)

Senhor Telmo J. Moyses

- Associação dos Pescadores e Armadores de Itapemirim (APAI PESCA)

Senhor Miquéias Carvalho

- Universidade Federal Rural do Semi-Árido (UFERSA)

Senhor Humberto Gomes Hazin

- Crusoe Food



MINISTÉRIO DA PESCA E AQUICULTURA

Senhor Juan Carlos Neto (Convidado do SINDIFRIO-CE)

LISTA DE SIGLAS

Com intuito de trazer maior clareza acerca das siglas utilizadas ao longo da reunião se fez necessário a construção da lista de siglas abaixo para maior compreensão dos leitores.

ASCOM	Assessoria Especial de Comunicação Social
BBNJ	<i>Biodiversity Beyond National Jurisdiction Agreement</i> , em português: Acordo sobre a Biodiversidade Além da Jurisdição Nacional
BET	<i>Bigeye Tuna</i> : albacora-bandolim, <i>Thunnus obesus</i>
CITES	Convenção sobre o Comércio Internacional das Espécies da Flora e Fauna Selvagens em Perigo de Extinção
CPC	Partes Contratantes da ICCAT, do inglês: <i>Cooperating Non-Contracting Party/ Contracting Party</i>
CPG	Comitê Permanente de Gestão da Pesca e do Uso Sustentável de recursos pesqueiros
EMBRAPA	Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
GT	Grupo Técnico
GTC	Grupo Técnico-Científico
ICCAT	Comissão Internacional para a Conservação do Atum no Atlântico
INI MPA/MMA nº 10/2011	Instrução Normativa Interministerial MPA/MMA nº 10, de 10 de junho de 2011
IUCN	<i>International Union for Conservation of Nature</i> , em português: União Internacional para a Conservação da Natureza)
MAPA	Ministério da Agricultura e Pecuária
MMA	Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima
MPA	Ministério da Pesca e Aquicultura
MPF	Ministério Público Federal
MSE	<i>Management Strategy Evaluation</i> , em português: Avaliação de Estratégia de Gestão)



MINISTÉRIO DA PESCA E AQUICULTURA

N	Região Norte
NDF	<i>Non-Detrimental Finding</i> , em português: Parecer de Extração Não Prejudicial
NE	Região Nordeste
OROP	Organização Regional de Gestão da Pesca
PMAP	Projeto de Monitoramento da Atividade Pesqueira
PMDP	Projeto de Monitoramento de Desembarque Pesqueiro
PMPA	Painel sobre o Programa Nacional de Monitoramento de Atuns e Afins
Portaria MPA/MMA nº 30/2025	Portaria Interministerial MPA/MMA nº 30, de 17 de abril de 2025
Portaria SAP/MAPA nº 554/2022	Portaria SAP/MAPA nº 554, de 21 de janeiro de 2022
PREPS	Programa Nacional de Rastreamento de Embarcações Pesqueiras por Satélite
PROPESC	Programa Nacional de Regularização das Embarcação de Pesca
RAEP	Registro e Autorização de Embarcação Pesqueira
REC	Recomendação
RFMO	Regional Fisheries Management Organization: Organização Regional de Gestão de Pescas
RGP	Registro Geral da Atividade Pesqueira
S	Região Sul
SBF	<i>Southern Bluefin tuna</i> : atum-azul do sul, albacora-azul do sul, <i>Thunnus maccoyii</i>
SE	Região Sudeste
SERMOP	Secretaria Nacional de Registro, Monitoramento e Pesquisa
SFPA	Superintendência Federal de Pesca e Aquicultura
SMA	<i>Shortfin Mako</i> : mako, cação-mako, cação-anequim, <i>Isurus oxyrinchus</i>
SNPA	Secretaria Nacional de Pesca Artesanal
SNPI	Secretaria Nacional de Pesca Industrial, Amadora e Esportiva
TAC	Total Admissível de Capturas Anuais
TED	Termo de Execução Descentralizada



MINISTÉRIO DA PESCA E AQUICULTURA

SKJ	<i>Skipjack Tuna</i> : bonito-listrado, <u><i>Katsuwonus pelamis</i></u>
YFT	<i>Yellowfin Tuna</i> : albacora-laje, <u><i>Thunnus albacares</i></u>
ZEE	Zona Econômica Exclusiva

3. APROVAÇÃO DA AGENDA

A Sra. Sandra Souza, Secretária Executiva do CPG, apresentou a agenda da 8ª Reunião Ordinária do CPG Atuns e Afins.

O Sr. Giovani Monteiro (PESCA-BR) solicitou incluir um tópico para discutir sobre a demanda de questões sísmicas e prejuízos à atividade pesqueira. Sandra sugeriu adicionar a pauta de Demais Demandas do Ordenamento, afirmando que tentaria entrar em contato com a área responsável do IBAMA para embasar melhor a discussão.

4. APROVAÇÃO DA ATA DA 9ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO CPG ATUNS E AFINS

A Sra. Sandra Souza informou que houveram duas contribuições na ata da 9ª Reunião Extraordinária, uma da ABIPESCA e uma de um colaborador não identificado. O prof. Rodrigo Sant'Ana questionou que alguém não identificado alterasse a ata, sugerindo que desconsiderasse esta contribuição, no que Sandra explicou que a ata só é encaminhada a membros e quem participou da reunião, se tratando de um usuário que apenas não fez login na conta e por isso não apareceu seu nome. O Sr. Antônio Carlos Corrêa (PESCA-BR) apoiou o questionamento.

A Sra. Thamires Ventura (SNPI-MPA) afirmou que todas as contribuições foram pontuais, no entanto sugeriu que no dia seguinte, na pauta de Demais Demandas do Ordenamento, fosse apresentada a alteração para avaliação dos membros, havendo concordância dos participantes. Ademais, reforçou a necessidade de se identificarem para fazer as contribuições.



5. DEVOLUTIVA DA REUNIÃO DA COMISSÃO DA ICCAT 2025

A Sra. Sandra Souza (SNPI-MPA) informou que o informe seria apresentado pela Sra. Carolina Doria, chefe de delegação do Brasil na ICCAT e Secretária Nacional da SERMOP-MPA, no entanto, devido a demandas urgentes do MPA, precisou se ausentar da reunião, portanto o Sr. Alex Lira (SERMOP-MPA) faria a apresentação.

5.1 Informes e Recomendações - ICCAT 2025

O Sr. Alex Lira informou que a chefe da delegação não pôde comparecer por decisão superior, em razão de reuniões emergenciais na Casa Civil, e que ele realizou a apresentação, ficando disponível para esclarecer dúvidas, com possibilidade de apoio posterior da secretária, que acompanharia parte da reunião virtualmente. Explicou que a apresentação trouxe um panorama das reuniões de novembro do COC e da Comissão, destacando o engajamento do setor e da sociedade civil, e que seria complementada pelo Dr. Rodrigo Sant'Ana, articulando demandas científicas e implicações de gestão. Relatou mudanças no calendário, com sessões extras, e apresentou dados da delegação presencial e virtual, reconhecendo falhas de acesso e pedindo desculpas, com compromisso de aprimorar os fluxos.

O Sr. Rodrigo Sant'Ana (GTC) ressaltou a necessidade de uso da nomenclatura oficial da ICCAT por participantes online, com identificação completa de país, pessoa e instituição, para permitir autorização e monitoramento formal da delegação. O Sr. Giovani Monteiro mencionou a participação como ouvinte, e o Sr. Alex Lira esclareceu que participantes online também integraram formalmente a delegação, exigindo cadastro, autorização junto à Secretaria da ICCAT e melhoria dos fluxos para o próximo ano.

Continuando a apresentação, o Sr. Alex Lira informou que os documentos da ICCAT permaneceram disponíveis online, incluindo versões iniciais e revisões, totalizando cerca de 279 documentos, exigindo análise detalhada da Delegação Brasileira, especialmente dos painéis COC, 1, 4, PWG, STFA e anexos estatísticos. Relatou que 15 documentos foram aprovados, número ligeiramente inferior ao do ano anterior, e destacou dois



resultados relevantes ao Brasil: a adoção da medida de gestão para o *Skipjack* no estoque oeste, em proposta conjunta com os Estados Unidos, e a recomendação para o *Shortfin Mako*, com foco em conservação e geração de dados. Indicou que propostas sobre BET, mitigação de aves marinhas e inspeção em alto-mar não avançaram. Apontou como prioridades o fortalecimento do monitoramento do bonito-listrado, tubarão-mako e albacorajade, a adoção de abordagem mais integrada de gestão e a melhoria do cumprimento das recomendações, especialmente quanto à cobertura de observadores de bordo. Ressaltou avanços recentes, mas enfatizou a necessidade de fortalecer instrumentos e a cooperação entre ciência, governo e setor.

A Sra. Sandra Souza agradeceu a apresentação e informou que o bloco de dúvidas seria após a apresentação do coordenador do GTC, de informes do Comitê Científico sobre a ICCAT, passando então a palavra ao professor Rodrigo Sant'Ana.

5.2 Informes do Comitê Científico ICCAT

O prof. Rodrigo Sant'Ana avaliou que a reunião da ICCAT foi atípica e marcada por avanços inéditos, especialmente a adoção preventiva de medida de manejo para o estoque Oeste de Skipjack (SKJ-W), ressaltando o protagonismo do Brasil e o reconhecimento internacional, inclusive por ONGs e certificadoras. Observou que temas tradicionalmente sensíveis, como BET e YFT, tiveram menor destaque, enquanto tubarões concentraram debates intensos, trazendo aprendizados sobre transparência e explicitação de dados.

Foi destacada a ampla visibilidade da decisão sobre SKJ-W e seus reflexos positivos para o setor. Informou que, dos 279 documentos apresentados, 15 foram adotados, com apoio de ONGs às principais decisões. Alertou ainda para pressões no Comitê de Compliance, especialmente da União Europeia, quanto à cobertura de observadores de bordo, tema que demandará encaminhamentos até 2026. Por fim, apresentou panorama dos estoques, indicando maioria em situação sustentável e avanços na implementação de MSE (SKJ-W implementado, e Blueshark e Albacora sul em desenvolvimento).

No Painel 1, destacou a aprovação da medida de gestão do SKJ-W (PA1-505 B), considerada avanço preventivo, e endossou o projeto piloto de engorda de BFT e YFT nas



MINISTÉRIO DA PESCA E AQUICULTURA

Ilhas Canárias (PA1-502 A), sem impacto ao Brasil. Destacou debates sobre possível aumento do TAC do BET e seus reflexos sobre o YFT, sobretudo pela captura de juvenis, ressaltando a necessidade de aprimorar dados biológicos, monitoramento e observação a bordo. No Painel 2, foram discutidos BFT-N e ALB-N, com destaque à continuidade do TAC da albacora-norte (PA2-609 A). Apontou a maior atuação brasileira no ALB-N, acima de 5°, com TAC de 377,5 t para 2026, e preocupações com os planos de recuperação do BFT-N, para o qual o Brasil não possui cota. Enfatizou a importância de ampliar coleta e reporte de dados, inclusive genéticos, e revisar impactos do ordenamento diante de mudanças na distribuição dos estoques.

O Sr. Alex Lira (SERMOP-MPA) informou que foi apresentado caso de embarcação atuando no estoque de ALB-N acima dos 5°, com dados tarjados, o que impediu identificação formal pela União Europeia, embora fosse possível inferir tratar-se do Brasil. O prof. Rodrigo Sant'Ana destacou a necessidade de fortalecer a geração e o envio de dados sobre Albacora Norte e Bluefin, com revisão de listas e planos e prioridade para medidas viáveis de reporte e monitoramento.

O Sr. Sant'Ana afirmou que o Painel 3 foi o mais tranquilo, tratando da albacora sul/atum-azul do sul (SBF), destacando que a gestão desse estoque não é da ICCAT, mas da OROP CCS, o que gera implicações institucionais para o Brasil. Ao anunciar a transição para o Painel 4, sobre tubarões, tartarugas, mamíferos e aves marinhas, considerado mais complexo, a Sr.^a Sandra Souza propôs um intervalo.

Após o intervalo, o prof. Sant'Ana apresentou o Painel 4, destacando a recomendação **PA4-814 B**, da União Europeia, sobre o *Shortfin Mako* (SMA). Apontou lacunas na avaliação do estoque norte, falhas de dados e impactos da não retenção, além da manutenção de cotas e exigência de observadores, ressaltando a urgência de fortalecer monitoramento eletrônico e transparência para evitar sanções.

O Sr. Alex Lira reforçou a preocupação do MPA com a baixa adesão aos observadores, afirmou que o PMPA é política de Estado e informou que o MPA avalia sanções e o uso complementar de câmeras para ampliar a coleta de dados.



MINISTÉRIO DA PESCA E AQUICULTURA

O Sr. Miquéias Carvalho (APAI PESCA) sugeriu ampliar o perfil de observadores incluindo técnicos, o que já foi apoiado inclusive pelo prof. Paulo Travassos. O Sr. Alex ressaltou o déficit de pessoal e a publicação de um edital mais amplo para os observadores de bordo.

O Prof. Sant'Ana afirmou que, apesar do déficit, há observadores ociosos devido à resistência de armadores para aceitar os embarques. Destacou a desistência de observadores pela profissão devido à baixa remuneração, cuja complementação depende dos embarques. Destacou a urgência de mudanças, citando que a frota de cerco deveria ter 100% de cobertura, mas apenas um de três barcos embarcou observador no último ano. O Sr. Giovani Monteiro (PESCA-BR) mencionou falhas de comunicação e contato com despachantes, porém o professor reforçou a necessidade de ampliar a cobertura de barcos para uma coleta mais ampla e completa de dados e para evitar impactos em 2026.

O Sr. Sant'Ana informou que a recomendação **PA4-809 C** teve caráter apenas informativo, ao flexibilizar o *payback* para países caribenhos e costeiros quanto ao Marlin e *White Marlin*, destacando a necessidade de ampliar o reporte para qualificar as avaliações de estoque. Destacou ainda o apoio do Brasil à **PA4-812 C**, que proibiu a captura do grande tubarão-branco e do *Basking Shark*, ressaltando o compromisso histórico do país com a proteção de elasmobrânquios. Por fim, explicou que a **PA4-815 A** tratou do uso do *trapline*, alertando incertezas sobre seus impactos, possíveis vieses na avaliação de estoques e a importância de comunicação e geração de dados pelo setor. Ademais, salientou a importância da participação do setor nas reuniões da ICCAT, destacando que muitas decisões ocorrem fora da mesa formal, nas negociações, e orientou que representantes autorizados pelo governo deveriam ingressar na reunião identificados como Brasil.

O Sr. Wilson Santos informou que a FIESC obteve autorização prévia junto à ICCAT, mas o prof. Sant'Ana destacou que a participação deveria constar como Brasil, não como instituição. O Sr. Alex Lira explicou que o trâmite correto é comunicar o governo, que envia a lista oficial à ICCAT. O Sr. Sant'Ana ressaltou que o fluxo garante coordenação em decisões rápidas e que a delegação atua de forma colegiada, sempre representando o Brasil, exemplificando o apoio à proposta sobre aves marinhas, que não impactava o país,



MINISTÉRIO DA PESCA E AQUICULTURA

fortalecia sua posição em negociações, e demonstrava compromisso com a mitigação de capturas incidentais.

O Sr. Wilson Santos questionou se a medida tratava do encapsulamento de anzóis, e Sant'Ana esclareceu que era uma versão mais moderna do encapsulador (*shield hook*). O Sr. Giovani relatou dificuldades operacionais apontadas por pescadores, mas o professor afirmou haver outras evidências e destacou que a recomendação não gerava impacto ao Brasil nem foi adotada, observando que certos questionamentos na ICCAT prejudicaram a atuação da delegação.

A Secretária Executiva do CPG, Sra. Sandra Souza, encerrou a lista de falas, devido ao horário, para que se finalizasse a apresentação.

O Sr. Alex Lira (SERMOP-MPA) informou sobre a COC-30 (Medidas de cumprimento) e a PWG-418 (inspeção em alto-mar), destacando que o Brasil respondeu às cartas de não conformidade da ICCAT, com boa aceitação, restando como principal pendência a cobertura de observadores de bordo. Comunicou a reavaliação dos dados dos últimos três anos e o envio de reporte retroativo, reconhecendo fragilidades, mas ressaltando avanços em monitoramento, controle, gestão participativa e transparência, como o Painel de BI, elogiado por outras CPCs. Relatou alinhamento com a Marinha sobre fiscalização em alto-mar e a necessidade de preparar o país para evitar medidas impositivas.

O prof. Sant'Ana reconheceu o esforço do governo na correção de reportes, destacando a atuação do Sr. Alex Lira e da Sra. Thamires Ventura na revisão de dados e interlocução com a Secretaria da ICCAT. Afirmou que a tendência de fiscalização em alto-mar era crescente, inclusive no contexto do BBNJ, ressaltando que o Brasil precisaria cumprir seus compromissos para sustentar posição contrária. Ao final, a Sr.^a Sandra Souza agradeceu as exposições e suspendeu a reunião para o almoço.

Período da tarde



6. DÚVIDAS SOBRE OS ENCAMINHAMENTOS DA ICCAT

Após o almoço, a Sra. Sandra afirmou que não abriria mais inscrições de fala e solicitou que as perguntas fossem objetivas, em virtude do atraso que ocorreu.

O Sr. Wilson Santos (FIESC) questionou a aplicação da norma 16.04 para substituir observador a bordo por observação em terra em embarcações menores, citando precedentes de Bermudas e Libéria. Destacou o alto custo operacional do cardume associado, perguntando se houve consulta sobre o tema na reunião da ICCAT e sobre a viabilidade de implementar a alternativa no Brasil.

O Sr. Sant'Ana informou que o Brasil já utiliza a 16.04, com grande parte dos dados obtidos por monitoramento em cais via PMPA e Projeto Tubarão Azul. Explicou que quando melhorar déficit de dados da frota de cardume, poderia sim ampliar a substituição para embarcações menores, manter a bordo nas maiores, e afirmou que a estratégia era crucial, embora ainda houvesse déficit de observadores.

O Sr. Alex Lira complementou que alternativas equivalentes já eram consideradas, observou que poucas CPCs atingiam 5% de cobertura. Citou a opção de uso de câmeras e disse que não houve consulta formal, mas que o tema já constava nos reportes. O Sr. Sant'Ana disse que a ICCAT exige tabela de cobertura por tipo de informações que conseguir. Comentou que outras CPCs, como o Canadá, apesar de entregarem apenas 3% de cobertura por observadores, entregam todas as demais fontes de dados.

O Sr. Wilson Santos e o professor comentaram sobre o reporte real atual e a necessidade de melhoria, Sant'Ana explicou que mesmo com os ajustes por tipo de frota, como o caso da frota de embarcações pequenas de Itaipava, devido à repetição de embarcações, ainda havia apenas cerca de 1% de cobertura do total. O Sr. Wilson afirmou que seriam necessárias cerca de 300 viagens anuais, mas que atualmente foram realizadas cerca de 20, e o Sr. Rodrigo Sant'Ana concordou.

O Sr. Giovani Monteiro (PESCA-BR) elogiou o trabalho técnico da FURG, MPA e MMA na medição de peixes e gestão. Defendeu ampliar embarques de observadores e o



MINISTÉRIO DA PESCA E AQUICULTURA

uso de câmeras com apoio do ICMBio e do setor, afirmando que antes havia limitações técnicas, mas o setor estava disposto a apoiar a pesquisa e a gestão pesqueira.

A Sra. Cláudia Zagaglia (IBAMA) questionou a viabilidade de testes genéticos em exemplar de atum-azul, recém capturado no RN, e detalhamento sobre prazos e objetivos. Também sugeriu calcular a necessidade de pessoal para cumprir a ICCAT, avaliando o uso de servidores do IBAMA como coletores de dados para garantir a cobertura mínima exigida de observadores de bordo. O prof. Sant'Ana explicou os procedimentos e objetivos da análise genética para identificar espécie e população de atum-azul, destacando a importância do reporte à ICCAT, afirmando que passaria os dados à Cláudia para a devida amostragem do exemplar. Informou ainda que seriam necessários cerca de 30 observadores para cumprir o mínimo, considerando positiva a possibilidade de agentes do Estado atuarem como observadores.

A Sra. Sandra Souza (SNPI-MPA) informou o encerramento das discussões e solicitou que os participantes presenciais se deslocassem para próximo à mesa, a fim de garantir captação de áudio para o público virtual.

O Sr. Silvio de Souza (ICMBio) pontuou que a UFES e o IFES de Piúma formaram cerca de 25 técnicos como observadores científicos, sugerindo aproveitá-los como apoio.

A Sra. Mônica Peres (ICMBio) destacou a necessidade de monitorar o uso de *traplines*, sugerindo uma portaria temporária para testes e inclusão de campo de indicação de seu uso no PesqBrasil, dados que auxiliariam a revisão da INI MPA/MMA nº 10/2011.

A Sra. Adayse Bossolani (SNPA-MPA) informou que a revisão da INI MPA/MMA nº 10/2011 já estava em andamento no GT Permissionamento, sugeriu aprofundar o tema posteriormente e afirmou que, embora uma portaria temporária fosse possível, a incorporação das novas técnicas deveria ocorrer no processo de revisão.

O Sr. Rodrigo Sant'Ana (GTC) concordou com a inclusão do tema na revisão da INI, mas defendeu respostas mais rápidas por meio de permissionamentos temporários para



MINISTÉRIO DA PESCA E AQUICULTURA

testar o *trapline*, gerar dados, avaliar impactos e não impedir inovações, alinhando-se às recomendações da ICCAT.

O Sr. Giovani Monteiro perguntou se seria melhor fazer suas colocações sobre o assunto no dia seguinte e o Sr. Rodrigo Sant'Ana concordou que retomaria a discussão no dia seguinte, apoiando a possibilidade de avaliar a adoção de uma portaria temporária.

A Sra. Mônica Peres afirmou que há interesse do setor em testar novos petrechos, como *deep-setting*, para aumentar o tamanho de captura de BigEye e captura de albacora-branca, reduzir *bycatch* e subsidiar pesquisa. Reforçou a sugestão de portaria temporária para facilitar a coleta de dados de petrechos e maior flexibilidade no manejo.

Respondendo à Sra Mônica, Alex Lira (SERMOP-MPA) disse que a inclusão de campos no PesqBrasil seria possível, pois, uma vez normatizadas as alterações, o formulário poderia ser reestruturado em conjunto com a área de TI.

O Sr. Emanuel Neves (QUALIPESC), a ser chamado nesta ata por Bell Neves, perguntou qual era o número atual de observadores necessários para a frota de cardume associado do Nordeste, considerando os portos existentes na região. O Sr. Rodrigo Sant'Ana disse que não tinha, naquele momento, o número de observadores por frota ou região, explicou que os 30 informados eram o mínimo geral para todas as frotas e comprometeu-se a calcular e responder posteriormente ou por ofício.

O Sr. Bell Neves relatou avanços no diálogo com o PMPA e manifestou disposição do setor em colaborar, sugerindo maior aproximação com o MPA e regionalização do programa, com apoio de instituições locais para fortalecer a atuação dos observadores.

O Sr. Antônio Carlos Corrêa (PESCA-BR) afirmou que, apesar da oferta de embarcações pelo setor e da existência de observadores indicada pelo MPA, persistiram entraves por insegurança jurídica, falta de profissionalização, e clareza sobre custos e responsabilidades dos armadores. Avaliou ser prematura a participação dos fiscais do IBAMA como observadores. A Sra. Sandra Souza esclareceu que não se tratava de fiscais,



MINISTÉRIO DA PESCA E AQUICULTURA

e sim do órgão, mas o orador manteve posição de que a inclusão do IBAMA deveria ocorrer apenas após resolver problemas básicos e ampliar o diálogo com o setor.

O prof. Sant'Ana rebateu, afirmando não haver insegurança jurídica no embarque de observadores, pois os contratos e custos são assumidos pelo governo. Defendeu maior compromisso do setor, criticando a ausência de respostas a ofícios do MPA. Por fim, destacou que há base legal para atuação de agentes públicos, inclusive do IBAMA, desde que com maturidade e capacitação adequadas.

O Sr. Antônio Carlos Corrêa afirmou que suas colocações tiveram caráter provocativo e que a questão jurídica já estava resolvida. Defendeu maior diálogo para esclarecer a disponibilidade de barcos e observadores, colocou a PESCA-BR à disposição para esse debate, avaliou que as câmeras poderiam contribuir no futuro e manifestou preferência por observadores do IFSC ou do ICMBio.

A Sra. Sandra Souza informou que a discussão não poderia prosseguir devido ao atraso da agenda, indeferindo novos pedidos de fala, apesar das manifestações da Sra. Cláudia, do Sr. Bell e do Sr. Ulysses. Esclareceu que a decisão da ICCAT seria debatida com mais tempo em reunião futura e deu continuidade à agenda da tarde.

Sessão Albacora-bandolim

6. DEVOLUTIVA SOBRE AS MEDIDAS DE MONITORAMENTO E CONTROLE DAS COTAS DE ALBACORA-BANDOLIM EM 2025

O Sr. Alex Lira (SERMOP-MPA) apresentou panorama do monitoramento e controle da albacora-bandolim em 2025, destacando o atraso na publicação da Portaria Interministerial MPA/MMA nº 41/2025 e reconhecendo falha de gestão do MPA e MMA, a ser evitada nos próximos anos. Expôs as ferramentas utilizadas na coleta de dados, sendo por mapa de bordo, PREPS, mapa de produção e PMPA. Foi informado que as mesmas ferramentas seriam mantidas em 2026 com aprimoramentos, sobretudo a substituição do



MINISTÉRIO DA PESCA E AQUICULTURA

sistema Agroforme por novo sistema eletrônico do mapa de produção, com acesso via SouGov, geração de histórico, certificação e maior segurança jurídica.

Apresentou ainda dados preliminares de cruzeiros, mapas de bordo e observadores, bem como produção total estimada em cerca de 4.292 t até novembro de 2025. Explicou os gatilhos de aviso e encerramento das cotas e informou que o gatilho de 70% do cardume associado havia sido atingido, e seria publicado aviso no site do MPA logo após a reunião do CPG. Por fim, o Sr. Alex apontou perspectivas de melhoria para 2026, com treinamentos ao setor e uso do novo sistema para qualificar o controle, o reporte à ICCAT e a gestão das cotas.

O Sr. Rodrigo Hazin (SINDIPESCA-RN) questionou se a soma das capturas do espinhel já havia ultrapassado o gatilho de aviso e se aproximava do encerramento. O Sr. Alex Lira confirmou que, com dados até novembro, o gatilho de aviso já havia sido atingido e explicou que o painel era atualizado semanalmente, com atraso de sete dias.

O Sr. Rodrigo Hazin alertou para a intensificação da safra, com desembarques de dezembro e nova saída da frota em janeiro, indicando risco iminente de ultrapassagem do limite. E o Sr. Alex reconheceu o aumento expressivo entre outubro e novembro, indicou o painel para acompanhamento e afirmou que seria necessário avaliar alternativas, inclusive o uso de cota reserva, diante da proximidade dos gatilhos de fechamento. O Sr. Rodrigo Hazin perguntou se a reserva seria de 286 t.

O Sr. Rodrigo Sant'Ana (GTC) afirmou que a cota de reserva de cerca de 280 t trouxe algum alívio, mas alertou que o patamar atual de cerca de 7 mil toneladas de cota não vinha sustentando a pesca, pois os gatilhos vinham sendo atingidos antes do fim do ano, indicando a necessidade de buscar aumento de cota nos próximos anos. O Sr. Rodrigo Hazin destacou perdas de cota por penalidades e ressaltou que, em 2024, fatores mercadológicos, como tarifas e mercado externo desfavorável, levaram à paralisação parcial da frota na entre-safra, o que conteve a produção. O Sr. Sant'Ana questionou a comparação com o ano anterior, ao lembrar menor desembarque total. O Sr. Rodrigo Hazin esclareceu que a piora decorreu de mudanças de mercado, com redução das exportações



MINISTÉRIO DA PESCA E AQUICULTURA

aos Estados Unidos e maior direcionamento do produto ao mercado interno, e que a entressafra de 2024 foi mais fraca que a de 2023.

O Sr. Antônio Lezama (MMA) alertou para o atraso recorrente na publicação das normas de cota da albacora-bandolim, apontando o risco de a cota ser atingida antes da vigência das regras, e propôs uma norma permanente de controle, com ajustes anuais apenas nos valores. A Sra. Sandra Souza (SNPI-MPA) informou que já estava prevista a edição de três atos normativos distintos, sendo um de externalização dos limites de captura, um específico só para as cotas e um mais geral trazendo as regras de monitoramento e controle, com intenção de publicação em janeiro.

A Sra. Mônica Peres (ICMBio) sugeriu a uniformização das ferramentas de controle para todas as espécies. O Sr. Alex Lira (SERMOP-MPA) considerou a proposta positiva, destacou que os instrumentos já eram semelhantes, avaliando que a unificação poderia reduzir normas e agilizar processos, embora dependesse de avaliação interna.

O Sr. Bell Neves (QUALIPESCA) questionou a disponibilidade dos dados dos mapas de bordo por estado e por modalidade.

O Sr. Alex Lira esclareceu que os dados existiam por ponto de desembarque, coordenada e modalidade, ressaltou que o estado não refletia necessariamente o local da captura e explicou que a expansão estatística era feita por modalidade e período, devido à cobertura incompleta, seguindo a INI MPA/MMA nº 10/2011.

O Sr. Bell Neves questionou se a atualização apresentada se aplicaria apenas ao mapa de produção, e o Sr. Alex Lira confirmou, com reporte pelas indústrias, mantendo mapa de bordo e prazos. Houve concordância quanto à possibilidade de discutir melhorias futuras no mapa de bordo, no entanto a Sra. Sandra Souza (SNPI-MPA) lembrou REC anterior de consulta prévia ao setor, com baixa adesão de encaminhamentos. O prof. Sant'Ana defendeu melhorias sem afetar séries históricas, e Bell reforçou que seria o momento adequado para avançar com as melhorias.



MINISTÉRIO DA PESCA E AQUICULTURA

A Sra. Cláudia Zagaglia (IBAMA) questionou a estratégia de controle para embarcações que saíam na Lua Nova de dezembro, dada a proximidade dos gatilhos de encerramento. O prof. Sant'Ana explicou que a produção deveria ser computada conforme a data de desembarque, considerada de 2025 se desembarcado até 31 de dezembro, e de 2026 se após essa data, e pediu atenção para evitar estouro de cota.

O Sr. Wilson Santos (FIESC) perguntou sobre o uso imediato dos 5% de fundo de reserva, ao que o prof. Sant'Ana respondeu que métricas estavam sendo avaliadas para evitar cenários mais críticos.

O Sr. Rodrigo Hazin (SINDIPESCA-RN) complementou que, no caso do espinhel, os próximos desembarques ocorreriam apenas em janeiro, portanto seriam da cota de 2026. Mas destacou que o problema atual seria conferir se os desembarques que estão chegando extrapolariam a margem de reserva dos 5%.

A Sra. Sandra Souza, Secretária Executiva do CPG, agradeceu as apresentações e contribuições e encerrou o debate, dando encaminhamento para próxima pauta.

7. PROPOSTA DE MEDIDAS DE ORDENAMENTO, REGISTRO E MONITORAMENTO PARA 2026

A Sra. Thamires Ventura (SNPI-MPA) explicou que a sessão trataria da cota de albacora-bandolim para 2026 e de sua alocação entre modalidades. Informou que o Brasil manteve cota de 6.825,37 t e, após o plano de devolução da extrapolação de cota aprovado em 2024, ficou com 6.286,87 t. Disse que, como não houve decisão da ICCAT sobre novo TAC, a cota permaneceu. Apresentou a manutenção da metodologia de 2024/2025, com percentuais por modalidade e buffer de 5%. Detalhou medidas de monitoramento, prazos de mapas digitais, cobertura mínima de observadores e gatilhos de encerramento, e consultou os membros sobre a concordância e propostas.

O Sr. Giovani Monteiro (PESCA-BR) defendeu que normas de ordenamento para albacora-bandolim, tubarão-azul e espadarte fossem publicadas antes do fim do ano e que mudanças de cota fossem permanentes. Argumentou que as frotas do SE-S não deveriam



MINISTÉRIO DA PESCA E AQUICULTURA

ser penalizadas pelo encerramento das modalidades 1.1 e 1.2 por espécie que não pescam, sugerindo o descarte da albacora-bandolim quando capturada incidentalmente, para evitar prejuízos à frota e à cadeia produtiva.

O Sr. Rodrigo Sant'Ana (GTC) concordou que medidas para uma espécie não deveriam impactar pescarias não direcionadas, mas ressaltou a complexidade do *bycatch* e do descarte, que só seria válido se o bicho estivesse vivo e comprovado por observação a bordo. Indicou que o *buffer* e cota atuais mostram-se insuficientes, defendendo soluções paliativas para 2026 e foco na solicitação de aumento da TAC a partir de 2027.

O Sr. Miquéias Carvalho (APAI PESCA) afirmou que as frotas 1.1 e 1.2, embora usem o mesmo petrecho, operaram em áreas distintas, abaixo de 20°S, direcionadas a peixe-prego, espadarte e tubarão-azul, e defendeu que não fossem penalizadas pelo BET, por considerar injusto cessar a pesca por capturas ocasionais.

O Sr. Sant'Ana ponderou que também considerava a situação injusta, mas alertou que a cota estava curta e que a continuidade da operação poderia gerar estouro da cota, exigindo a construção de uma métrica que conciliasse justiça e limite de captura. O Sr. Miquéias reforçou o impacto socioeconômico de paralisações prolongadas e reiterou a necessidade de rever a regra, inclusive para a pesca de vara e isca-viva.

O Sr. Alex Lira (SERMOP-MPA) afirmou que a discussão sobre subdivisão por área, prevista na INI MPA/MMA nº 10/2011, deveria ser enfrentada, mas destacou o caráter emergencial da pauta. Defendeu a avaliação conjunta de alternativas, reconhecendo a complexidade de criar novos instrumentos sem penalizar frotas distintas.

O Sr. Sant'Ana defendeu a necessidade de uma solução imediata e da publicação da Instrução Normativa ainda no ano, propondo ajustes nas proporcionalidades e maior margem de segurança no *buffer* para evitar impactos indevidos às frotas.

Um orador não identificado afirmou que o *buffer* existente já atenderia as diferentes frotas, mas o Sr. Sant'Ana ponderou que o *buffer* já estaria sendo consumido pelo espinhel



MINISTÉRIO DA PESCA E AQUICULTURA

de superfície, tornando insuficiente a reserva atual e indicando a necessidade de ampliação para evitar paralisações.

O Sr. Wilson Santos (FIESC) afirmou que o Brasil não ultrapassaria o limite de 6.280 t da ICCAT, afastando risco internacional, e que o desafio seria interno, com possível uso de *buffer*. O Sr. Alex Lira concordou que caberia ao país gerir a distribuição, ressaltando o desafio de equalizar as modalidades de pesca dentro do limite.

O Sr. Sant'Ana enfatizou que a norma a ser publicada deveria prever previamente regras claras de flexibilização, redistribuição de cotas e penalidades, alertando que, sem essa previsão, a fiscalização aplicaria as penalidades conforme o ato vigente.

O Sr. Wilson sugeriu que a norma previsse a redistribuição de sobras pelo MPA entre frotas, sem ultrapassar a cota nacional. O Sr. Alex esclareceu que esse dispositivo já constava da norma desde 2023 e que, no curto prazo, não seria possível alterar a INI MPA/MMA nº 10/2011, devendo-se trabalhar com a tabela baseada no histórico.

A Sra. Mônica Peres (ICMBio) concordou que não se deve paralisar frotas nem alterar a INI MPA/MMA nº 10/2011 no momento, defendendo soluções emergenciais e, no médio prazo, a reorganização das permissões entre as frotas 1.1 (para atuação no Nordeste) e 1.2 (atuação no Sul), considerando áreas distintas de atuação e perfis de captura. O Sr. Rodrigo Sant'Ana lembrou que já existe recomendação do CPG para 2026 prevendo análises por modalidade para subsidiar a revisão da INI MPA/MMA nº 10/2011, defendendo foco na solução imediata com o arcabouço normativo atual.

A Sra. Thamires Ventura (SNPI-MPA) informou que o CPG já dispunha de recomendações sobre o permissionamento de atuns e afins, aguardava contribuições do setor até dezembro de 2025 e destacou que esse trabalho subsidiaria o GTC e a definição das cotas de 2026, ressaltando a urgência do ato normativo.

A Sra. Adayse Bossolani (SNPA-MPA) destacou a atuação do GT Permissionamento na revisão da INI nº 10/2011, apontou a necessidade de definir prioridades e dados



MINISTÉRIO DA PESCA E AQUICULTURA

disponíveis para embasar a matriz e indicou que o tema seria aprofundado em discussão posterior para tratar das urgências.

O Sr. Alex Lira avaliou que a norma vigente já permitia a transferência de cotas e uso da reserva por ato do MPA, o que poderia atender às modalidades diante da volatilidade da captura, evitando prejuízos, e defendeu aprofundar a discussão para buscar alternativas viáveis.

O Sr. José Kowasky (SINDIPI) alertou ao risco de superprodução no Nordeste levar ao fechamento das pescarias do SE-S. A Sra. Sandra Souza respondeu que haveria possibilidade de transferência de cotas. O orador reiterou a preocupação com frotas do Sul que ainda não teriam iniciado a pesca.

O Sr. Rodrigo Sant'Ana (GTC) explicou que a flexibilização poderia ocorrer por atos complementares, permitindo redistribuição conforme a direcionalidade das frotas, desde que claramente prevista pelos órgãos gestores. O Sr. Miquéias Carvalho pontuou que o melhor cenário, que seria a superpescaria, que seria o pior cenário para o Sudeste e Sul e o Sr. Sant'Ana afirmou que qualquer atingimento da cota global seria ruim para todos.

O Sr. Rodrigo Hazin (SINDIPESCA-RN) avaliou que a solução seria ajustar os números e utilizar sobras de cota, destacando que a vara e isca-viva estava distante de gatilhos e que eventual fechamento do espinhel não afetaria o Nordeste no curto prazo.

Ao fim das manifestações dos inscritos, a Sra. Sandra Souza (SNPI-MPA) sintetizou o encaminhamento de manter, para 2026, a alocação proposta, desde que se mantenha na norma o artigo vigente que permite transferência de cotas e uso da reserva.

O Sr. Giovani Monteiro (PESCA-BR) ponderou que a medida poderia penalizar frotas não direcionadas. Um orador não identificado questionou a suficiência da proposta diante de eventual estouro de cota. O Sr. Alex Lira (SERMOP-MPA) reconheceu divergências e afirmou não vislumbrar alternativa imediata. O Sr. Rodrigo Hazin reiterou que o modelo vigente poderia acomodar as frotas, desde que publicado no início do ano.



MINISTÉRIO DA PESCA E AQUICULTURA

O Sr. Rodrigo Sant'Ana (GTC) avaliou que o remanejamento interno de cotas era viável enquanto a cota global não fosse extrapolada, alertando que, caso isso ocorresse, não haveria solução e as pescarias com captura incidental seriam igualmente afetadas.

O Sr. Wilson Santos (FIESC) sugeriu que, ao ultrapassar limites, apenas as modalidades 1.1, 1.2 e 1.17, responsáveis por cerca de 90% da captura, paralisassem.

O Sr. Miquéias Carvalho lembrou o caos vivido em 2023 com fechamento abrupto, defendendo consenso para evitar prejuízos às frotas do SE-S. A Sra. Sandra Souza esclareceu que, com a alocação entre modalidades, a paralisação só ocorreria se o limite global fosse atingido. O Sr. Wilson Santos reforçou a proposta de restringir a parada às principais modalidades capturadoras, a 1.1, 1.2 e 1.17, mantendo as demais ativas.

A Sra. Sandra Souza, Secretária Executiva do CPG, informou que seria concedido um intervalo de meia hora para articulação de propostas do setor, alertando que, sem sugestões, seria avaliado novo prazo diante da agenda cheia. Após o intervalo, Sandra solicitou que as propostas fossem apresentadas de forma sucinta.

O Sr. Giovani Monteiro avaliou que o impasse refletiu amadurecimento da gestão e defendeu a unificação e regionalização de cotas por espécie e região, com base em dados históricos, como avanço estrutural a ser trabalhado para 2027. A Sra. Sandra solicitou definição objetiva da proposta para 2026, no que Giovani indicou, para 2026, alternativas paliativas, como buffer para a frota SE-S ou ajustes nas cotas subsequentes.

Houve manifestações presenciais não audíveis na gravação, em sequência, o Sr. Antônio Lezama (MMA) resumiu que, para 2026, deveria prevalecer a proposta apresentada pelo MPA, avaliando-se pontualmente a sugestão do Sr. Wilson. O Sr. Wilson Santos reiterou sua proposta de paralisação das modalidades 1.1, 1.2 e 1.17, destacando a distinção regional da 1.2. O Sr. Lezama acrescentou que, para 2027, seria necessária a separação das frotas N-NE e SE-S, com unificação de espécies-alvo e cotas regionais, e a Sra. Mônica Peres (ICMBio) ponderou que as modalidades menores não deveriam parar ao atingir a cota.



MINISTÉRIO DA PESCA E AQUICULTURA

O Sr. Alex Lira afirmou que a proposta diferiu do que estava posto inicialmente, o que foi confirmado pelo ICMBio e pelo MMA, que afirmaram que seria um complemento da fala. A Sra. Sandra esclareceu que se manteriam as regras de 2024-2025, com a condicionante de que modalidades de baixa produção não parassem a pesca.

O Sr. Miquéias Carvalho (APAI-PESCA) sugeriu que, diante do déficit de observadores de bordo, a frota 1.2 do SE-S continuasse pescando após atingir a cota em 2026, se condicionada ao embarque de observadores, ampliando a observação do descarte de albacora-bandolim e evitando paralisação.

O Sr. Rodrigo Hazin (SINDIPESCA-RN) ponderou que a divisão N-NE exigiria redefinir previamente as áreas de abrangência das frotas, defendendo a manutenção do modelo de 2024-2025, com ajuste para modalidades de baixo impacto na cota.

O Sr. Wilson Santos (FIESC) defendeu que as menores modalidades não fossem penalizadas e apresentou alternativas de divisão por proporcionalidade regional, defendendo como solução mais simples a sugestão de Miquéias sobre a adoção de observador de bordo.

O Sr. Fernando Botelho (SINDIFRIO-CE) questionou a distinção entre frotas “menores” e “maiores”, destacando que cotas maiores podem refletir muitas embarcações pequenas e alto impacto social. A Sra. Sandra Souza explicou que as cotas se basearam em capturas históricas. Em discussão, esclareceu-se que o termo “menor” utilizado nas falas anteriores referia-se à parcela da cota, não ao porte das embarcações, e que modalidades de menor cota não parariam, embora a 1.17 pudesse ser afetada.

Houve registro de debate presencial, mas falhas de áudio impediram a compreensão integral. O Sr. Wilson Santos afirmou que a paralisação ocorreria apenas ao atingir a cota de 6.200 t de BET, destacando que a modalidade 1.17 fora considerada grande pois representava 45% da produção do país.



MINISTÉRIO DA PESCA E AQUICULTURA

O Sr. Alex Lira (SERMOP-MPA) esclareceu que na realidade havia surgido uma nova proposta pelo SINDIFRIO-CE, a de não paralisar embarcações pequenas, independentemente da modalidade, sendo necessário definir critérios.

A Sra. Sandra Souza questionou se o critério seria o porte da embarcação. O Sr. Fernando Botelho defendeu que não se deveria diferenciar por participação percentual das frotas na cota, pois a 1.17 reunia muitas embarcações pequenas, argumentando que ou todos parariam ou ninguém.

O Sr. Sant'Ana apresentou dados históricos indicando produção média de cerca de 400 t de BET no SE-S, mas ressaltou que, se N-NE extrapolassem a cota global, todas as frotas parariam, mesmo que SE-S não tivesse iniciado nenhuma produção.

O Sr. Giovani Monteiro ponderou que, com cotas regionais, se o N-NE estourasse a sua parte da cota, as frotas do SE-S poderiam continuar pescando até seu limite, ao que o Sr. Sant'Ana observou a necessidade de informação tempestiva para se adequar a essa situação. Porém, o Sr. Giovani afirmou que isso não seria um problema da frota em si.

O prof. Rodrigo Sant'Ana afirmou que a separação regional de cotas poderia ser uma alternativa interessante, propondo a inclusão, na normativa vigente, de um mecanismo de redistribuição regional para 2026, com base em dados já reportados de desembarque, sem vincular automaticamente à revisão da INI MPA/MMA nº 10/2011.

O Sr. Rodrigo Hazin considerou a proposta positiva por acrescentar o critério regional à distribuição entre modalidades, permitindo amadurecimento ao longo do próximo ano. O Sr. Alex Lira corroborou, avaliando que ela permitiria testar e avaliar o controle espacial das capturas em 2026, gerando subsídios para eventual implementação mais robusta em 2027, como alternativa mais equilibrada de redistribuição.

A Sra. Sandra Souza observou concordância geral dos participantes. O Sr. Sant'Ana acrescentou a manutenção da proposta de observador a bordo para acompanhamento do descarte da BET quando a cota fosse atingida, e um participante presencial manifestou que a proposta foi considerada a melhor.



MINISTÉRIO DA PESCA E AQUICULTURA

O Sr. Wilson também avaliou a proposta como a melhor e mais simples, mas Sandra ponderou sobre a viabilidade operacional, citando o número de embarcações e a exigência de observadores. O Sr. Alex Lira destacou que a medida só se aplicaria após o estouro da cota. O Sr. Rodrigo Hazin considerou a ideia boa, porém de difícil execução.

A Sra. Mônica Peres (ICMBio) questionou a existência e a abrangência do monitoramento e do controle dos desembarques para fins de ordenamento e eventual controle de cotas. O Sr. Alex Lira informou que há dados oriundos de relatórios vinculados ao TED e que o MPA planejou dar publicidade geral a essas informações, inclusive discutidas na ICCAT, mas esclareceu que o monitoramento não estava plenamente integrado em toda a costa. O Sr. Sant'Ana destacou que mais de 50 mil indivíduos foram medidos em 2024 no âmbito do PMAP, com dados reportados à ICCAT, e detalhou a cobertura dos programas de monitoramento e estatística pesqueira em diversos estados.

O Sr. Alex Lira (SERMOP/MPA) explicou que dados de PMAPs e PMDPs eram coletados de quase todos estados costeiros, com exceção de Pará e Amapá, que não tem dados, e da Bahia, que a partir de 2026 teria dados do Projeto de Estatística fomentado pelo MPA. Por isso, ainda havia lacunas regionais e dificuldades de integração rápida dos dados, razão pela qual o MPA iniciou discussões para criação de um Sistema Nacional de Estatística Pesqueira. O Sr. Sant'Ana complementou que os sistemas do SE-S eram mais integrados, enquanto no N-NE havia diferenças metodológicas que exigiriam ajustes.

O Sr. Alex ponderou que no estágio atual os dados estatísticos não deveriam ser usados diretamente para monitoramento e controle, embora fossem complementares, e que esses cruzamentos já vinham sendo feitos internamente. A Sra. Mônica solicitou a apresentação desses dados, e o Sr. Alex indicou a possibilidade em outro momento. O Sr. Rodrigo Sant'Ana sugeriu estabelecer, em ato normativo, a obrigatoriedade de entrega de dados aos programas de monitoramento e estatística.

O Sr. André Mattos (FIESC) ressaltou a importância do bom manejo de descarga para obtenção de estatísticas mais fidedignas e avaliou positivamente os avanços já alcançados no ordenamento.



MINISTÉRIO DA PESCA E AQUICULTURA

A Sra. Sandra Souza, Secretária Executiva do CPG, pediu um momento para alinhar as propostas com a mesa. Em sequência, afirmou que após as propostas debatidas, houve consenso entre os presentes quanto à última proposta do prof. Sant'Ana, sendo a inclusão, na norma, de dispositivo que permita redistribuição regional da cota em 2026, com gatilho anterior à extrapolação e possibilidade de observadores de bordo. Sem objeções, a proposta foi considerada aprovada.

Finalizadas as pautas agendadas para o primeiro dia, a reunião foi encerrada com agradecimentos acerca da participação de todos.

SEGUNDO DIA

A Sra. Sandra Souza (SNPI-MPA) deu início ao segundo dia de reunião apresentando a agenda. O Sr. Ricardo Silveira (SEPAQ-AP) manifestou confiança na entrada do Amapá no CPG, defendendo a abertura imediata de cotas ao Estado e ressaltou a importância do pedido constar em ata e da institucionalidade do CPG Atuns. Sandra agradeceu e, em sequência, deu início à Sessão Tubarão-azul.

Sessão Tubarão-Azul

8. DEVOLUTIVA SOBRE AS MEDIDAS DE MONITORAMENTO E CONTROLE DAS COTAS DE TUBARÃO-AZUL EM 2025

O Sr. Alex Lira (SERMOP-MPA) apresentou a devolutiva sobre o monitoramento e controle das cotas de tubarão-azul em 2025, destacando as ferramentas previstas na Portaria MPA/MMA nº 30/2025, como PREPS, mapa de bordo, PMPA, mapa de produção e a declaração de entrada do recurso nas empresas, esta última como instrumento adicional. Informou que os dados eram consolidados periodicamente e compartilhados para avaliação técnica. Relembrou que a norma previa apenas gatilho de encerramento em 90% da cota total de 3.481 t.

Ademais, apontou pico de capturas entre junho e julho e queda a partir de outubro, com produção total aproximada de 2.466 t até novembro, correspondente a cerca de 69%



MINISTÉRIO DA PESCA E AQUICULTURA

da cota. Indicou que o controle vinha sendo efetivo e que, para 2026, seriam avaliados ajustes nos instrumentos, especialmente a possível manutenção da declaração de entrada em indústria em substituição ao mapa de produção para evitar sobreposição de dados.

O Sr. Antônio Lezama (MMA) afirmou que o MMA concordou com as propostas, apoiou a renovação do formulário, a futura integração com o mapa de produção e a divulgação dos dados, destacando apenas a necessidade de ajustar o prazo normativo para o formulário, que estava vigente apenas até 2025. O Sr. Alex Lira corroborou, apontando a necessidade de alterar a portaria para adequar o prazo à norma contínua.

O Sr. José Kowalsky (SINDIPI) afirmou que a queda recente da produtividade decorreu da retirada do estropo de aço (obrigatória a partir de outubro), da redução da frota e de embarcações em estaleiro, questionando ainda dados do Nordeste e o cancelamento de uma apresentação.

O Sr. Alex Lira agradeceu o comentário pois não se lembrava que a partir de outubro o estropo tinha que ser retirado, concordando que coincidia com a redução da produção, e confirmou que os dados estavam corretos, destacando aumento histórico do Nordeste.

O Sr. Rodrigo Sant'Ana (GTC) ressaltou que os dados do mapa de bordo são autodeclaratórios, que a longo do prazo houve maior participação do N-NE com aumento de produção em diversas espécies, apesar de não ser equivalente à do sul. Ressaltou de forma positiva que estes resultados e a retirada do estropo demonstraram eficácia na redução da captura, indicando que a normativa estava funcionando conforme o previsto.

O Sr. Kowalsky apontou que a queda na captura também decorreu da opção da frota por outras pescarias, em maiores profundidades, com menor ocorrência de tubarão-azul, mas sugeriu reduzir o período sem uso do estropo de aço, diante do impacto econômico ao setor.

O Sr. Sant'Ana reforçou que a redução de captura em outubro refletiu uma gestão funcional, alinhada ao objetivo de diminuir a pressão sobre a espécie.



MINISTÉRIO DA PESCA E AQUICULTURA

O Sr. Alex Lira lembrou que a retirada do estropo foi fixada em 31 de outubro, com base em histórico e discussões prévias, mas inicialmente havia se discutido a retirada de estropo de acordo com o percentual de captura da cota. O Sr. Lezama recordou que inicialmente se cogitou o gatilho em 80% da cota, e Alex reforçou que a norma foi efetiva na redução da captura, ainda que ajustes possam ser considerados.

O prof. Sant'Ana afirmou que, apesar dos questionamentos enfrentados pela norma, os resultados demonstraram que a gestão do tubarão-azul funcionou, destacando o processo difícil de construção e o equilíbrio inerente à gestão, em que todos ganham e perdem. Avaliou que, mesmo com possível perda de cota, o caso evidenciou ao cenário internacional a viabilidade de uma gestão sustentável de elasmobrânquios em curto prazo e sugeriu avaliar ajustes adaptativos, como o uso de gatilhos percentuais (80%) para troca do estropo.

A Sra. Sandra Souza ressaltou que 2025 se tratou do primeiro ano de implementação da norma, que previa revisão bienal, permitindo que pontos de atenção fossem amadurecidos em 2026 para eventual alteração em 2027. Ademais, informou que o MPA não recebeu comunicação formal sobre a não formulação do NDF, apenas relato do setor sobre suspensão do evento por força maior.

A Sra. Cláudia Zagaglia (IBAMA) informou que houve previsão, para o dia 17 de dezembro/2025, de apresentação inicial interna ao MPA, mas que a divulgação ampla será feita posteriormente, embora sem data confirmada. Sandra agradeceu, informando que confirmaria com o gabinete do ministro e depois levaria ao CPG novas informações.

A Sra. Thaíza Barreto (SINDIPI) questionou sobre a indisponibilidade do link de monitoramento da pesca do tubarão-azul no site do MPA.

O Sr. Alex Lira esclareceu que o link permanece ativo, mas foi realocado no site do MPA em razão de mudanças institucionais, reconhecendo dificuldades recorrentes. Se comprometeu a compartilhar o novo acesso pelo chat da reunião e a intermediar soluções junto à ASCOM, além de se disponibilizar para eventuais dúvidas de acesso.



MINISTÉRIO DA PESCA E AQUICULTURA

O Sr. Miquéias Carvalho (APAI PESCA) afirmou que o TAC provavelmente não seria atingido em 2025, pontuando sobre o risco de perda de cota. Destacou dificuldades econômicas da frota de Itaipava, com descarte de capturas e impacto do tarifaço, e solicitou avaliar a inclusão parcial da 1.3 na Portaria, visto que apenas uma pequena parte da frota trabalhava com espinhel americano e a maioria com vara e isca-viva.

O Sr. Alex Lira esclareceu que a não utilização da cota não geraria perda imediata, apenas possível impacto no médio prazo, ressaltando que limites visavam evitar sobrepesca. Destacou que a inclusão da modalidade 1.3 demandaria revisão ampla da norma, prevista apenas na revisão bienal, com efeitos a partir de 2027.

O Sr. Rodrigo Sant'Ana (GTC) complementou que eventual inclusão deveria abranger apenas a fração da 1.3 que operava de forma distinta, com base em análises técnicas a serem construídas até 2026.

A Sra. Mônica Peres (ICMBio) questionou a compatibilidade entre licença e petrecho utilizado, enfatizando que o uso de espinhel americano exigia permissões adequadas, e parabenizou o CPG pelo processo participativo e pela construção conjunta da norma do tubarão-azul.

No meio da fala do Sr. Ricardo Silveira (SEPAQ-AP) ocorreram problemas técnicos com o áudio, a Sra. Sandra Souza solicitou pausa para corrigir o problema e lhe devolveu a palavra. O Sr. Ricardo, então, questionou a projeção e integração de dados, indagou sobre uso de inteligência artificial, IOS/PREPS, dados em tempo real e ampliação de amostras de DNA do Tubarão-azul.

O Sr. Alex Lira solicitou esclarecimento do foco da pergunta e, após nova explicação, indicou o prof. Rodrigo Sant'Ana para resposta visto que se tratava de temática mais específica do científico.

O professor, então, explicou que já eram utilizados modelos analíticos e de IA, que estudos de DNA dependiam de iniciativas acadêmicas no âmbito do GTC e citou pesquisas em andamento com universidades nacionais e cooperação internacional. Ademais, reforçou



MINISTÉRIO DA PESCA E AQUICULTURA

convite anteriormente feito ao prof. Ricardo Silveira para integrar o banco técnico científico e contribuir com as discussões do GTC.

Ao final, o Sr. Ricardo Silveira agradeceu, reforçou o compromisso do Amapá com estudos científicos e solicitou força-tarefa para abertura de cotas e prospecção pesqueira, com inserção de um a sete barcos para compor uma frota de atuns e afins do Amapá, permitindo ampliação de dados de DNA e rastreabilidade.

O Sr. Giovani Monteiro (PESCA-BR) elogiou o estudo sobre o tubarão-azul e afirmou que a queda nas capturas não decorreu da retirada do estropo, mas da insegurança jurídica, com autuações do IBAMA, multas (por questões de percentual de fauna acompanhante) e demora na divulgação do NDF. Destacou a importância econômica da espécie e sugeriu que MPA e MMA acionassem a Casa Civil sobre o tema, ressaltando o reconhecimento da ICCAT ao estudo. Por fim reforçou elogios aos pesquisadores que trabalharam arduamente para a coleta de dados de capturas, e que receberam, inclusive, o reconhecimento da ICCAT pelo estudo feito com Tubarão-azul.

O Sr. Cadu Villaça (CONEPE) corroborou que a insegurança jurídica impactou a queda da captura de cação-azul e alertou para o risco de registros sucessivos de subutilização da cota na ICCAT e redução da cota brasileira. Sugeriu revisar o critério de uso de estropo, defendendo o uso de gatilho percentual de 80% ou 85%, para evitar perda da cota do país frente a outros países interessados.

O Sr. Rodrigo Sant'Ana (GTC) questionou se a insegurança jurídica mencionada decorreria de autuações após a Portaria MPA/MMA nº 30/2025 ou de período anterior.

O Sr. Giovani Monteiro esclareceu que as multas ocorreram antes da norma, baseadas em fauna acompanhante, sem respaldo normativo, o que teria provocado a redução das capturas. O Sr. Sant'Ana destacou o caráter arbitrário da ausência de critérios técnicos para fauna acompanhante e criticou a demora de três anos na publicação do NDF, apontando impactos econômicos e sugerindo medidas institucionais.



MINISTÉRIO DA PESCA E AQUICULTURA

O Sr. Cadu Villaça acrescentou que a indefinição do NDF inviabilizou o comércio de barbatanas, reduzindo o interesse econômico na captura. A Sra. Sandra Souza comunicou o encerramento das inscrições, para avançar na agenda.

A Sra. Cláudia Zagaglia (IBAMA) afirmou que, por ser o primeiro ano da Portaria MPA/MMA nº 30/2025, a inclusão da modalidade 1.3 deveria ser analisada apenas na revisão bienal. Destacou que a norma já permite o direcionamento ao Tubarão-azul por embarcações autorizadas e sugeriu aguardar sua adaptação. Indicou ainda que a redução na primavera pode refletir padrão natural, não a retirada do estropo.

O Sr. Rodrigo Sant'Ana esclareceu que, embora exista variação natural e mudança estratégica do esforço de pesca, a redução observada foi superior ao padrão histórico, indicando um estímulo adicional, associado a fatores de gestão, como a Portaria, a retirada do estropo e impactos econômicos.

A Sra. Laís Pestana (ABIPESCA) afirmou que, embora autuações por fauna acompanhante tenham ocorrido antes da Portaria, houve recente negativa de exportação de barbatanas após sua publicação, sob alegação de que o tubarão não seria fauna acompanhante nem espécie-alvo. Criticou a ausência e demora do NDF, a falta de transparência do IBAMA e apoiou encaminhamento do tema à Casa Civil. Além disso, concordou que não seria o momento de revisar a norma, diante do contexto político e das incertezas. O Sr. Giovani Monteiro afirmou ter sido contemplado pela fala da Sra. Laís.

O Sr. Antônio Carlos (PESCA-BR) corroborou as falas anteriores, afirmou que o setor não extrapolou competências e manifestou indignação com a postergação da divulgação do NDF pelo IBAMA, apesar do compromisso assumido pelo presidente do órgão para julho de 2025, defendendo atuação firme do MPA e eventual encaminhamento à Casa Civil.

Findadas as manifestações, a Sra. Sandra Souza informou que o MPA não recebeu comunicação do IBAMA sobre apresentação prevista e esclareceu que o motivo de força maior não se referiu ao Ministério, e encerrou a sessão sobre Tubarão-azul.



Sessão Caracterização da Pesca

A Secretária executiva do CPG, Sra. Sandra Souza, informou que a sessão começaria com apresentação da SNPA da pauta de Lacunas sobre a Caracterização da Pesca Artesanal de Atuns e Afins, no entanto, sugeriu que o IBAMA iniciasse com a apresentação sobre Capturas Incidentais de atum-azul. A Sra. Cláudia concordou.

9. CAPTURAS INCIDENTAIS DE ATUM AZUL

A Sra. Cláudia Zagaglia apresentou informe do IBAMA sobre o enquadramento legal das capturas incidentais, especialmente do atum-azul e de tubarões ameaçados. Explicou que, embora a Lei da Pesca (Lei nº 11.959, de 29 de junho de 2009) traga conceito amplo de pesca, a fiscalização deve observar leis restritivas de igual hierarquia, como a Lei de Crimes Ambientais (Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998) e a legislação específica de espécies ameaçadas. Detalhou que apenas peixes, crustáceos e moluscos podem ser objeto de pesca, excluindo mamíferos, répteis, aves, equinodermos e outros grupos, segundo a Lei de Crimes Ambientais.

Esclareceu que espécies listadas na Portaria MMA nº 445/2014 e em suas atualizações só podem ter uso se houver portaria específica do MMA reconhecendo essa possibilidade, o que não ocorre para o atum-azul, tubarão-mako e tubarão-lombo-preto, classificados como ameaçados. Ademais, afirmou que o IBAMA reconhece ainda o Anexo I da CITES como sendo indicação judicial para espécies ameaçada de extinção.

Assim, ressaltou que, mesmo constando em autorizações antigas ou como fauna acompanhante nas modalidades de pesca da INI MPA/MMA nº 10/2011, esses atos são inválidos frente à legislação superior. Assim, determinou que tais espécies, quando capturadas incidentalmente, devem ser apenas registradas em mapa de bordo e descartadas ao mar, vivas ou mortas, até que haja ato formal do MMA autorizando o uso, juntamente com normativa interministerial de determine o regramento correspondente.

O Sr. Cadu Villaça (CONEPE) questionou a interpretação do IBAMA de que espécies só poderiam ser pescadas se houvesse autorização expressa, defendendo que o uso só



MINISTÉRIO DA PESCA E AQUICULTURA

deveria ser vedado quando houvesse proibição legal. Discordou do exemplo dos ouriços, argumentando que não há vedação explícita e que a dinâmica do ambiente marinho exige flexibilidade, e pediu um entendimento institucional claro.

A Sra. Cláudia Zagaglia respondeu que, para o IBAMA, a inclusão de ouriços e pepinos-do-mar em portarias infralegais conflita com a Lei de Crimes Ambientais, que limita o ordenamento pesqueiro a peixes, crustáceos e moluscos. Destacou a necessidade de envolvimento das áreas jurídicas na revisão da INI MPA/MMA nº 10/2011, para evitar atos ministeriais com risco de questionamento jurídico.

O Sr. Rodrigo Hazin (SINDIPESCA-RN) sugeriu avaliar ato autorizativo para uso econômico da albacora-azul em capturas incidentais, visando registros futuros para pleito de cota no ICCAT. Criticou a lógica de listas fixas na INI MPA/MMA nº 10/2011, apontando falhas na fauna acompanhante previsível e riscos de autuação. Defendeu ajustes na licença de pesca e maior diálogo institucional com o IBAMA para alinhar interpretações e garantir segurança jurídica.

A Sra. Cláudia Zagaglia sugeriu explicitar, nas licenças vinculadas às CRAEPs, observação sobre espécies ameaçadas, alinhando-se a atos superiores. Afirmou que espécies que entrarem ou saírem da lista de ameaçadas devem ter tratamento ajustado, evitando autorizações em desacordo com a Portaria MMA nº 445/2014.

A Sra. Sandra Souza (SNPI/MPA) informou que ainda havia três inscritos e encerrou as inscrições, passando a palavra ao próximo.

O Sr. Bell Neves (QUALIPESCA) corroborou com as falas anteriores e defendendo a aproximação e formalização do diálogo com o IBAMA, destacou a necessidade de alinhamento sobre sustentabilidade e formas de atuação do órgão.

O Sr. Giovani Monteiro (PESCA-BR) concordou com os pontos apresentados, ressaltando falhas na atualização das licenças frente às normas sobre espécies ameaçadas. Criticou inconsistências históricas da INI MPA/MMA nº 10/2011 e defendeu



MINISTÉRIO DA PESCA E AQUICULTURA

sua revisão no âmbito do CPG, com eventual criação de GT específico para atuns e afins, além de alinhar a gestão às normas da ICCAT e apoiar a liberação da albacora-azul.

O prof. Rodrigo Sant'Ana (GTC) agradeceu a apresentação e questionou a coexistência de definições de pesca na Lei da Pesca e na Lei de Crimes Ambientais, entendendo haver conflito e fragilidade jurídica e que não caberia ao IBAMA optar por uma. Apontou inconsistências entre permissionamentos, listas de espécies ameaçadas e compromissos internacionais (ICCAT), como nos casos da albacora-azul e do tubarão-mako, e perguntou sobre o rito, critérios e prazos para reconhecimento de uso pelo MMA.

A Sra. Cláudia Zagaglia (IBAMA) explicou que a Lei de Crimes Ambientais distingue pesca de outras condutas, orientando o enquadramento fiscalizatório, e que, havendo lei de mesma hierarquia mais específica, o IBAMA a aplica. Reconheceu fragilidade, mas afirmou que a Portaria MMA nº 445/2014 se baseia em avaliações do ICMBio e critérios da IUCN, cabendo ao MMA decidir sobre inclusão e eventual reconhecimento de uso, considerando aspectos técnicos e socioeconômicos. Destacou que o reconhecimento pode ocorrer a qualquer tempo, depende de convencimento técnico e deve observar regras das OROPs, como a ICCAT.

O prof. Rodrigo Sant'Ana (GTC) sustentou que as demandas debatidas no CPG deveriam ser consideradas pelos ministérios gestores. A Sra. Cláudia Zagaglia afirmou que o CPG é consultivo, podendo subsidiar decisões, mas que os ministros podem buscar outros respaldos técnicos e jurídicos antes de deliberar.

O Sr. Antônio Lezama (MMA) questionou sobre a albacora-azul-do-sul, espécie *Thunnus maccoyii*, classificada em 2020 como em perigo, e sobre os dados da ICCAT. Em virtude de problemas no áudio, não foi possível compreender integralmente a dúvida do Sr. Lezama.

O prof. Sant'Ana apontou divergência entre a classificação da IUCN, que considera o atum-azul-do-sul (SBF) ameaçado, e as avaliações das OROPs, que indicam reconstrução dos estoques e aumento do TAC. Defendeu que o Brasil informe à ICCAT as capturas incidentais, ao menos de forma informativa, para evitar prejuízos futuros. Por fim,



MINISTÉRIO DA PESCA E AQUICULTURA

questionou sua participação no CPG, pois ao questionar a necessidade da duplicação de instâncias paralelas para tratar temas já analisados e debatidos no CPG, com base científica, há recorrente resposta do MMA e, nesta reunião, do IBAMA. Ressaltou que, embora não seja deliberativo, o CPG é oficial e reconhecido pelo governo.

O Sr. Antônio Lezama considerou que a demanda poderia ser formalizada como encaminhamento para os ministérios, para se discutir a questão do atum-azul, sobre o reporte e possibilidade de desembarque. A Sra. Sandra Souza solicitou que Antônio escrevesse o texto do encaminhamento, ele concordou.

A Sra. Cláudia Zagaglia esclareceu que avaliação de conservação e ordenamento são processos distintos no MMA.

Sandra agradeceu a apresentação do IBAMA e as contribuições. Devido ao atraso no cronograma, reorganizou a sequência das apresentações, sugerindo prosseguir, na parte da manhã, com a apresentação da SNPA, seguida de intervalo de almoço, e depois seria feita a apresentação sobre a atualização do Programa Parceiros.

10. REC 5/2025: LACUNAS SOBRE A CARACTERIZAÇÃO DA PESCA ARTESANAL DE ATUNS E AFINS

A Sra. Adayse Bossolani (SNPA/MPA) explicou que há grande lacuna na caracterização da frota artesanal de atuns e afins no Brasil, sem dados suficientes sobre tamanho, escala, áreas e perfil socioeconômico. Destacou controvérsias na classificação entre artesanal e industrial, citando trabalhos realizados no RN, BA e RS. Também ressaltou a questão de espécies ameaçadas estarem listadas nas autorizações das modalidades, e a importância de avaliar a pesca do peixe-serra/sororoca no Maranhão.

Também realçou a urgência de avançar na revisão da INI MPA/MMA nº 10/2011 e da matriz de permissionamento, alinhando conceitos de escala à Lei da Pesca e à ICCAT. Defendeu mais dados (inclusive do PROPESC), priorização de pautas e possível atuação paralela do CPG com o GT Permissionamento, de revisão da INI MPA/MMA nº 10/2011, visando reduzir inseguranças regulatórias e qualificar futuras normas. Por fim, reafirmou



MINISTÉRIO DA PESCA E AQUICULTURA

que a apresentação não visava necessariamente a determinação de encaminhamentos, mas sim de um maior diálogo com o setor, abrindo espaço para dúvidas.

A Sra. Mônica Peres (ICMBio) afirmou que, pela Lei da Pesca, embarcação artesanal não pode ultrapassar 20 AB; no cardume associado, quase todas superam esse limite e operam fora da ZEE, afastando caráter artesanal. Destacou a falta de dados e reforçou que, sem reporte à ICCAT, não há pesca reconhecida, defendendo monitoramento, treinamento e maior envio de informações.

A Sra. Adayse Bossolani afirmou que a SERMOP vinha desenvolvendo mapas facilitados e novos processos para melhorar o reporte, reconhecendo, contudo, limitações tecnológicas que ainda dificultavam o envio de informações.

O Sr. Bell Neves (QUALIPESCA) parabenizou a Sra. Adayse pela apresentação e pelo projeto de identificação da frota artesanal, apesar de considerar que o tema poderia ter sido mais discutido previamente, mas manifestou total interesse do setor em colaborar com o projeto. Questionou alegações de ausência de reporte de mapas de bordo, ponderando que o produto só ingressaria na indústria com a devida documentação, hoje emitida eletronicamente, e defendeu ajuste no diálogo entre quem envia e quem recebe as informações. Destacou que a frota artesanal possui peculiaridades, demanda tratamento específico, revisão da INI MPA/MMA nº 10/2011 e avanço responsável para garantir reconhecimento perante órgãos competentes e a ICCAT, ressaltando aspectos como permissionamento, espécies-alvo, fauna acompanhante e área de atuação, bem como o amparo legislativo existente.

A Sra. Adayse Bossolani reconheceu controvérsias identificadas na busca ativa por informações, mencionando relatos de pesca artesanal de atuns fora da ZEE, o que suscitaria dúvidas sobre o enquadramento e o potencial das embarcações. Informou que diversas questões precisariam ser construídas com o setor e que a proposta seria discutir a revisão da INI no âmbito do CPG, com grupo mais próximo da SNPA para tratar das especificidades da pesca artesanal.



MINISTÉRIO DA PESCA E AQUICULTURA

A Sra. Cláudia Zagaglia (IBAMA) relatou recorrentes descumprimentos, em especial quanto à rastreador e mapas de bordo. Solicitou análise mais rigorosa pelo MPA sobre embarcações notificadas ou autuadas sem resposta, e revisão de permissões, inclusive de embarcações envolvidas em atos ilícitos, a fim de retirar do circuito as irregulares e abrir espaço de ingresso de novas embarcações que buscam a regularização.

O Sr. Alex Lira (SERMOP/MPA) informou que não havia lista pública de embarcações inadimplentes, mas que o sistema eletrônico permitia identificar, com maior robustez e segurança jurídica, aquelas que não entregavam ou atrasavam mapas de bordo, possibilitando sanções. Comprometeu-se a analisar as informações encaminhadas e avaliar maior transparência dos dados. Também defendeu o fortalecimento, e não a descredibilização, do mapa de bordo, reconheceu a necessidade de maior aproximação com o setor e de retorno das informações reportadas, ressaltando avanços obtidos com a digitalização do reporte.

O Sr. Bell Neves reiterou a importância de compartilhar dados com a representação do setor para corrigir lacunas, evitar exposições indevidas e aprimorar a qualidade das informações, mencionando ainda peculiaridades logísticas e sazonais do cardume associado que poderiam impactar o alinhamento dos reportes e painéis, defendendo relacionamento mais próximo para aprimorar o monitoramento e a regularização.

A Sra. Sandra Souza (SNPI/MPA) informou que restavam dois inscritos e encerrou as inscrições. Em sequência, o Sr. Ulysses Raposo (APEDI e SEMAP) parabenizou o MPA por abordar o tema da demanda da frota artesanal, demonstrando ter grandes expectativas. Ademais, destacou a importância do PROPESC, sugerindo maior aproximação com a frota de Itaipava. Relatou dificuldades enfrentadas pela pesca artesanal, que teria sido equiparada à industrial com o passar dos anos, havendo excesso de exigências e impactos sociais e econômicos. Colocou-se à disposição para diálogo com o MPA, no que a Sra. Adayse Bossolani sinalizou visita à região em 2026.

Sem contato com o último inscrito, deu-se início ao intervalo de almoço.

Período da tarde



MINISTÉRIO DA PESCA E AQUICULTURA

Após o retorno do almoço, Sandra Souza informou que passaria a palavra ao MTE, que teve problemas com a internet e não pode se manifestar sobre a pauta anterior, e leu a agenda prevista para o período da tarde.

O Sr. Mauro Costa (MTE) elogiou a apresentação da SNPA e destacou a importância de harmonizar conceitos nas normas, defendendo a revisão da INI MPA/MMA nº 10/2011 e colocou o Ministério do Trabalho à disposição. Durante sua fala, houve falha no Teams que retirou os participantes da reunião, a Sra. Sandra Souza retomou a reunião após a reconexão. O orador então ressaltou que o conceito legal de pesca artesanal é amplo, mas deve observar o regime de economia familiar. Enfatizou a necessidade de garantir condições dignas e segurança para os pescadores, seguindo o que é praticado na Organização Internacional do Trabalho (OIT) cumprindo [Norma Regulamentadora MTE nº 30/2002 \(NR 30\)](#), com padrões mínimos a bordo.

A Sra. Adayse Bossolani agradeceu ao Sr. Mauro pela disposição em contribuir no GT de Permissionamento e destacou que a discussão de conceitos será etapa inicial, para definir quem é pescador artesanal e orientar a atuação da SNPA.

A Sra. Sandra Souza agradeceu as falas e anunciou o próximo item de pauta, sobre o Programa Parceiros, a ser apresentado pelo ICMBio.

11. ATUALIZAÇÕES DO PROGRAMA PARCEIROS

A Sra. Mônica Peres (ICMBio) apresentou a atualização do Projeto Parceiros, financiado pelo Projeto GEF Mar, com foco em monitoramento eletrônico, rastreabilidade e selo de boas práticas. Informou a aquisição de câmeras em 2021 e o monitoramento de dois barcos por quase dois anos, com análise de 105 lances (cerca de 1.200 horas e 3.895 indivíduos de pescado). Destacou que as câmeras registraram esforço, áreas, petrechos, capturas retidas e descartadas, revelando diferenças relevantes em relação aos mapas de bordo, com subnotificação expressiva de espadarte, peixes-de-bico, elasmobrânquios e



MINISTÉRIO DA PESCA E AQUICULTURA

tartarugas. Justificou que parte da subnotificação pode ocorrer porque os pescadores não reportam espécies sem valor econômico ou indivíduos jovens.

Ressaltou que o monitoramento eletrônico permitiu leituras independentes, revisão de dados, apoio a treinamentos e sugestões de aprimoramento do mapa de bordo, além apontar potencial uso de inteligência artificial. Comentou sobre a limitação de identificação dos espécimes devido à captura de uma imagem por segundo. O Sr. Antônio Lezama (MMA) afirmou que a quantidade de frames por segundo e a posição que os animais passam na esteira foram as principais limitações, mas destacou a possibilidade de acelerar vídeos na análise.

Sobre rastreabilidade, Mônica Peres explicou o objetivo de integrar dados da embarcação, viagem e desembarque até o consumidor, utilizando a Plataforma Agro Brasil + Sustentável, em parceria com EMBRAPA e MAPA, para adaptação ao pescado. Informou avanços no acordo de cooperação, consultorias e mapeamento do fluxo do atum em Natal. Quanto ao selo, mencionou dez listas positivas publicadas, com 54 embarcações. Por fim, apresentou os principais parceiros institucionais e convidou novas instituições a integrarem as próximas etapas do projeto.

O Sr. Antônio Lezama informou que a melhor posição da câmera foi instalada acima do convés, permitindo visualizar o manuseio a bordo e a devolução ao mar, com boa identificação de espécies, especialmente tubarões e tartarugas, apesar da dificuldade em diferenciar agulhões. e avaliou como adequado o manejo das espécies descartadas e devolvidas ao mar. A Sra. Mônica Peres ponderou que apenas dois barcos foram monitorados, não podendo extrapolar este manuseio a todas as embarcações.

A Sra. Sandra Souza (SNPI-MPA) agradeceu a apresentação e as complementações do Sr. Lezama, e abriu para discussão.

O Sr. Gustavo Burle (SINDIPESCA-RN) questionou a distinção entre rastreabilidade e veracidade dos dados e indagou sobre a automação das análises das câmeras. A Sra. Mônica Peres informou que toda a análise foi manual, sem uso de IA, e defendeu a



MINISTÉRIO DA PESCA E AQUICULTURA

rastreabilidade auditada ao longo da cadeia. Divergiram quanto aos conceitos, mas acordaram aprofundar o tema em reunião posterior com o ICMBio.

O Sr. Mariano Torpoco (ICMBio) destacou vantagens das câmeras e o registro de espécies raras ausentes nos mapas de bordo. A Sra. Mônica Peres registrou seu agradecimento ao trabalho de Mariano que contribuiu muito com o Projeto.

O Sr. Rodrigo Hazin (SINDIPESCA-RN) elogiou o projeto e destacou subnotificação no mapa de bordo, sobretudo de peixes menores e descartes, possivelmente por receio de fiscalização. Defendeu revisar a finalidade do instrumento na nova lei. Ressaltou a ausência de interação com aves no Nordeste e a importância da lista positiva para dar segurança ao setor. O Sr. Antônio Lezama fez um comentário, no entanto não foi audível pois estava distante do microfone.

A Sra. Sandra Souza informou que tinham cinco inscritos e encerrou as inscrições.

O Sr. Giovani Monteiro (PESCA-BR) parabenizou o ICMBio pelo Projeto Parceiros e defendeu sua expansão ao Sul. Reconheceu a utilidade das câmeras e apontou que diferenças com o mapa de bordo podem incluir peixes que são consumidos pela tripulação, a chamada “cortesia”, que não registrados. Destacou avanços no registro de descartes, apesar do receio dos mestres, e afirmou que mapas têm sido usados também para fiscalização. Sua fala foi interrompida por falha de conexão.

A Sra. Laís Pestana (ABIPESCA) questionou a acurácia da IA na identificação de espécies e os próximos passos para viabilizar o projeto. A Sra. Mônica Peres (ICMBio) explicou que os dados apresentados foram analisados manualmente e que a IA, baseada em *machine learning*, ainda depende de mais imagens e câmeras melhores para ganhar confiabilidade. O Sr. Rodrigo Sant’Ana (GTC) reforçou que os dados apresentados tiveram as identificações feitas por inteligência humana e não por IA, destacando que a base humana treinará o algoritmo e que também é preciso testar a acurácia das análises humanas. Debateram financiamento, parcerias e resistência do setor, ressaltando a



necessidade de garantias jurídicas para que câmeras e mapas de bordo não sejam usados indevidamente para sanções.

A Sra. Mônica informou que o projeto já está estruturado e que se estuda manter câmeras e vídeos sob posse dos armadores, em modelo voluntário.

O Sr. Miquéias Carvalho (APAI PESCA) perguntou se as câmeras substituiriam o mapa de bordo. A Sra. Mônica Peres esclareceu que não era o objetivo do Projeto, e o Sr. Alex Lira (SERMOP-MPA) reforçou que não, pois o uso de câmeras é complementar aos mapas de bordo.

O Sr. Bell Neves (QUALIPESCA) questionou custos e manutenção das câmeras, além do possível uso para sanções. Destacou ainda que já existe monitoramento privado a bordo de muitas embarcações, manifestando interesse em dialogar.

A Sra. Mônica Peres concordou que os tópicos eram interessantes e propôs a realização de uma reunião posterior para discutir esses temas e parcerias, visto que a agenda estava apertada e o tema demandaria muito tempo de discussão.

O Sr. Gustavo Burle sugeriu criar um GT jurídico (“GT-JUR”) para dar segurança às discussões dos CPGs, diante de incoerências normativas e do uso do mapa de bordo para fiscalização. Defendeu que, no monitoramento eletrônico, as imagens não fiquem sob posse do projeto, evitando riscos legais, e que, no futuro, apenas dados validados por software/IA sejam enviados, com critérios normativos de acurácia. A Sra. Sandra Souza esclareceu que atos passam pelas consultorias jurídicas do MPA e MMA, e informou que a sugestão foi registrada antes de seguir a pauta.

12. APRESENTAÇÃO DO GTC ATUNS E AFINS SOBRE A ORGANIZAÇÃO DOS TRABALHOS PARA O ANO DE 2026

O Sr. Rodrigo Sant’Ana, coordenador do GTC, apresentou o cronograma de 2026, com reuniões presenciais em fevereiro, abril e novembro, e remotas em maio, agosto e outubro, destacando custos à União e a importância dos encontros presenciais para organizar demandas, dividir tarefas e apresentar resultados ao CPG. Informou as



MINISTÉRIO DA PESCA E AQUICULTURA

demandas prioritárias: [REC 11/2022](#), [REC 04/2025](#), [REC 07/2025](#), [REC 08/2025](#) e [REC 03/2025B](#), envolvendo incremento de frota para SKJ-W, análise de esforço por permissão, erros e algoritmo de rastreamento satelital, replicação de análises e permissões de pesca.

Relatou também compromissos junto à ICCAT, como avaliações de estoques (Swordfish/Espadarte do Sul e Albacoras), desenvolvimento de MSE para atuns tropicais e tubarão-azul (estoques sul e norte), além da necessidade urgente de estimar descartes mortos de Shortfin mako (SMA). Indicou como requisitos os dados de RGP, mapas de bordo e rastreamento satelital de 2024 e 2025 para subsidiar as análises.

A Sra. Sandra Souza informou que, embora não houvesse impedimento quanto ao custeio, o MPA não possuía orçamento para viagens em fevereiro, sendo autorizado apenas a partir de março, o que poderia inviabilizar a reunião presencial do GTC nesse mês. O Sr. Rodrigo Sant'Ana explicou que fevereiro fora escolhido por coincidir com o recesso acadêmico dos pesquisadores, mas concordou em ajustar para março, alertando que isso impactaria o cronograma e coincidiria com o início das atividades da ICCAT.

O Sr. Wilson Santos (FIESC) parabenizou o GTC pela aprovação do MSE do Skipjack na ICCAT e destacou que o Brasil alcançou novo patamar de responsabilidade, defendendo reestruturação do MPA, com equipe técnica mais robusta e dedicada ao tema, diante do investimento anual significativo na Comissão. Alertou que, em 2026, o foco estratégico deveria ser o Yellowfin (YFT), dada a possibilidade de definição de cotas que poderiam limitar a expansão brasileira, considerando a representatividade recente de 10% a 13% de capturas na cota brasileira.

O Sr. Rodrigo Sant'Ana concordou e informou que já havia recomendação para análise conjunta de YFT e BET para o próximo ano.

O Sr. Alex Lira (SERMOP/MPA) reconheceu a necessidade de maior institucionalização e informou que o MPA trabalhava para estabelecer em norma uma estrutura mais concreta e dar continuidade às ações relativas à ICCAT, buscando perenidade e segurança processual, apesar da volatilidade institucional.



MINISTÉRIO DA PESCA E AQUICULTURA

O Sr. José Kowalsky (SINDIPI) questionou como seriam as reuniões de avaliações de estoque. O Sr. Rodrigo Sant'Ana (GTC) esclareceu que as avaliações de Swordfish/Espadarte e Albacora eram conduzidas no âmbito da ICCAT, com participação de cientistas de diversos países, enquanto as reuniões do GTC no Brasil tratariam de demandas internas do CPG. Explicou que havia dois conjuntos de trabalho: um nacional e outro internacional. A Sra. Sandra Souza (SNPI/MPA) encerrou as inscrições de fala.

O Sr. Bell Neves (QUALIPESCA) manifestou concordância com as falas anteriores e com o planejamento apresentado para 2026, destacando a importância do fortalecimento da pesca nacional e da participação mais ativa do setor privado nas discussões, para alinhamento e contribuição antecipada. Em tom descontraído, afirmou que não concordava que a equipe “apagasse as luzes” e deixasse a Sra. Sandra sozinha com as demandas da ICCAT, sendo acompanhado por manifestações bem-humoradas.

O Comandante Sr. Alexandre Fonseca (Marinha do Brasil) despediu-se do colegiado, informando sua saída do Estado-Maior da Armada e destacando a rotatividade no serviço público. Manifestou preocupação com a ausência de uso adequado de EPI em atividades de pesca, alertando para riscos em alto-mar e dificuldades de resposta da Marinha em acidentes, sobretudo na madrugada. Relatou sua participação na reunião da ICCAT, em Sevilha, elogiando a atuação da delegação brasileira e ressaltando o protagonismo do Brasil entre 52 CPCs e mais de 30 ONGs, inclusive nas discussões sobre inspeções em alto-mar lideradas por Canadá e União Europeia, com implicações jurídicas relevantes. Ademais, comunicou que a Comandante Sra. Maria Fernanda, oceanógrafa de formação com bastante experiência, o substituirá dando continuidade aos trabalhos junto ao MPA e aos CPGs.

A Sra. Carolina Doria (SERMOP/MPA), o Sr. Rodrigo Sant'Ana e a Sra. Sandra Souza agradeceram sua contribuição, destacando sua atuação em temas como BBNJ e vistorias em alto mar. Também desejaram boa sorte na nova equipe do Comandante e afirmaram que contam com a contribuição da nova representante da Marinha.



MINISTÉRIO DA PESCA E AQUICULTURA

A Sra. Sandra, Secretária Executiva do CPG, agradeceu a apresentação e as contribuições, encerrando a pauta. Informou que antes de seguir com a pauta de demais demandas de ordenamento, como foi acordado no dia anterior, a Sra. Thamires Ventura (SNPI/MPA) apresentaria as alterações da ata realizadas pelo usuário desconhecido para decidir sobre a aprovação da ata da 9ª Reunião Extraordinária do CPG. Informou que em sequência haveria um pequeno intervalo e retomariam com as demais demandas.

13. ALTERAÇÕES DE USUÁRIO DESCONHECIDO NA ATA DA 9ª RE

A Sra. Thamires Ventura, então, iniciou a leitura das alterações realizadas pelo usuário desconhecido na ata da 9ª Reunião Extraordinária do CPG, demonstrando quais alterações foram feitas em cada página.

O Sr. Rodrigo Sant'Ana afirmou que não havia discordância quanto ao conteúdo das alterações na ata, mas expressou preocupação com o fato de terem sido feitas por "usuário desconhecido".

O Sr. Antônio Carlos Corrêa (PESCA-BR) alertou para possíveis limitações técnicas de acesso e login em conta do Outlook.

A Sra. Sandra Souza sugeriu aprovar a ata e, nas próximas, exigir login para identificação das contribuições, de modo que a coordenação não aceitará alterações de usuários desconhecidos. Sugeriu que, caso não consiga fazer o login no Outlook, deixe um comentário na alteração feita, identificando o autor.

O Sr. Sant'Ana reiterou desconforto, ressaltando que se tratava de documento oficial, passível de uso jurídico, e que não se sentia confortável em aprová-lo sem identificação do autor.

O Sr. Gustavo Burle (SINDIPESCA-RN) discordou ponderando sobre a dificuldade de validação visto que terceiros poderiam assinar o comentário com identificação com identificação indevida. Também propôs que o autor pudesse assumir a autoria durante a reunião de validação das alterações.



MINISTÉRIO DA PESCA E AQUICULTURA

A Sra. Thamires Ventura explicou que apenas quem recebe o link pode editar, então, muitas vezes, quem faz essas alterações são os próprios membros do CPG sem fazer login. Propôs que, nas próximas aprovações, fosse apresentado slide com todas as alterações e respectivas instituições para validação do colegiado.

Após debate, a Sra. Sandra Souza deliberou aprovar a ata apenas com as contribuições identificadas da ABIPESCA, desconsiderando as do usuário não identificado, encerrando a discussão

14. DEMAIS DEMANDAS DE ORDENAMENTO

Seguindo com a agenda, a Sra. Sandra Souza (SNPI/MPA) questionou se alguém teria mais alguma outra demanda de ordenamento que não foi posta em reunião.

O Sr. Giovani Monteiro (PESCA-BR) questionou sobre o problema da atividade sísmica, comentado no dia anterior.

A Sra. Thamires Ventura informou que o MPA vinha acompanhando o tema da sísmica e que, apesar de não ter conseguido contato com o IBAMA, buscaria novo alinhamento após o CPG e em reunião sobre projetos do Pelotas-Sul, comprometendo-se a retornar ao setor com os encaminhamentos. O Sr. Giovani concordou.

A Sra. Thaíza Barreto sugeriu incluir como recomendação a pauta de um panorama de *small tunas* na próxima reunião do CPG.

A Sra. Sandra Souza explicou que as recomendações são apenas sobre tópicos discutidos durante a reunião, orientando que a sugestão fosse feita quando do envio da agenda prévia da próxima reunião. Ademais, diante a ausência de manifestações, encerrou a pauta indicando um intervalo, que seria seguido da pauta de Recomendações.



15. RECOMENDAÇÕES

A Sra. Sandra Souza, Secretária Executiva do CPG, orientou que seria feita a verificação das recomendações registradas nos dois dias da 8ª Reunião Ordinária do CPG Atuns e Afins. Enfatizou que cabia aos membros confirmar se eram recomendações adequadas e ajustar a redação, sem rediscutir o mérito, podendo sugerir novas inclusões ao final, caso não estivessem contempladas. Explicou que a numeração das recomendações, seguidas da letra “C”, era adotada para identificação das reuniões que ocorreram no mesmo ano, passando então para a leitura das recomendações.

Quanto à REC 01/2025C, a Sra. Sandra Souza esclareceu que a captura já existia, mas estava abaixo da cota. O Sr. Wilson Santos (FIESC) questionou os meios de incentivo, e a Sra. Sandra Souza informou que o governo analisaria alternativas, podendo retomar o tema ao CPG posteriormente. A recomendação foi aprovada.

Sobre a REC 02/2025C, o Sr. Rodrigo Sant’Ana (GTC) destacou a necessidade de ampliar parcerias, o Sr. Alex Lira (SERMOP/MPA) sugeriu substituir “fomentar” por “fortalecer”, e o Sr. Wilson Santos defendeu objetividade na coleta. Ajustaram-se termos e questões ortográficas, e houve a aprovação da recomendação.

Já a REC 03/2025C, o Sr. Rodrigo Hazin (SINDIPESCA-RN) solicitou esclarecimentos, e o prof. Sant’Ana explicou que o setor deveria realizar exercício preliminar de distribuição de cotas, alinhado às regras da ICCAT, para subsidiar a posição brasileira nas negociações. O prazo foi ajustado de para 15 de fevereiro de 2026 e a recomendação foi aprovada.

A Sra. Mônica Peres (ICMBio) sugeriu incluir também o *Deep-setting* na REC 04/2025C, proposta acatada. Esclareceu-se que a autorização seria para uso comercial, com registro em mapa de bordo. O Sr. Giovani Monteiro (PESCA-BR) ponderou que os testes em curso são poucos, sendo de apenas cerca de 10 anzóis entre 1200 peças, o Sr. Rodrigo Sant’Ana (GTC) destacou a necessidade de respaldo normativo para evitar



MINISTÉRIO DA PESCA E AQUICULTURA

infrações. Após esclarecimentos sobre testes em curso e detalhamento posterior em norma, a recomendação foi aprovada.

A Sra. Sandra Souza apresentou a REC 05/2025C, o Sr. Bell Neves (QUALIPESCA) confirmou que se tratava de manter os mesmos critérios de 2025 e considerou adequado. A recomendação foi aprovada por consenso.

Houve grande debate quanto à REC 06/2025C, sobre avaliar a alocação de cotas da Albacora-bandolim por região (N-NE e SE-S). Houve debate sobre possível sobreposição com a REC 05/2025C, e com a revisão da INI MPA/MMA nº 10/2011. Parte dos participantes questionou se o tema já estaria contemplado na REC 05 ou na revisão da INI MPA/MMA nº 10/2011, e GTC e SERMOP/MPA apontaram inicialmente possível sobreposição com recomendações anteriores. Já MMA, ICMBio, PESCA-BR e SINDIPI defenderam manter a recomendação, destacando sua especificidade, importância de formalização, registro claro das demandas para futuras gestões, além da possibilidade de se atender um conjunto de recomendação ao mesmo tempo. O coordenador do GTC apontou que a responsabilidade da REC 07/2025C e da REC 06/2025C não seria dos ministérios gestores, mas sim do GTC, as alterações foram feitas. Também se debateu a complementaridade com a REC 07/2025C, no que foi esclarecido que a cota seria “por região” e com base na cota já existente. Por fim, a recomendação foi aprovada por consenso.

Na discussão da REC 07/2025C, SINDIPESCA-RN sugeriu unificá-la à REC 06/2025C, vinculando a separação ao tema da alocação de cotas da Albacora-bandolim por região. O Sr. Alex Lira ponderou que, embora houvesse complementaridade e possível redundância, tratava-se de propostas distintas, podendo inclusive ser implementadas de forma concomitante. Mantida como recomendação autônoma, a REC 07 foi aprovada por consenso.

Com relação à REC 08/2025C, originalmente escrita como “Encaminhar à Casa Civil expediente relatando a situação do NDF do Tubarão Azul e solicitar providências; Responsáveis: MPA e MMA; Prazo: janeiro de 2026”, houve intenso debate sobre a



MINISTÉRIO DA PESCA E AQUICULTURA

recomendação. Inicialmente, a PESCA-BR e QUALIPESCA defenderam ajuste de prazo para dezembro de 2025, destacando a urgência da demanda do NDF. Em sequência,

A Sra. Cláudia Zagaglia (IBAMA) informou que o cancelamento do evento teria ocorrido a pedido do MPA para apresentação prévia ao órgão e, diante de pendências a esclarecer entre IBAMA e MPA, manifestou-se contrária à recomendação. A Sra. Thamires Ventura (SNPI/MPA) informou que a Sra. Sandra entraria em contato com o MPA para verificar o ocorrido, orientou que o tema fosse retomado ao final das recomendações. A Sra. Cláudia informou que estava em deslocamento e solicitou que a posição do IBAMA não fosse desconsiderada, caso estivesse ausente no momento da retomada da discussão. A Sra. Thamires Ventura reforçou a necessidade de quórum e participação de titulares ou suplentes nas reuniões, principalmente na deliberação das recomendações.

Dando sequência à deliberação de recomendações, com relação à REC 09/2025C, a redação original foi alterada apenas quanto ao prazo, determinando-se que o ICMBio faria a apresentações dos dados preliminares dos mapas de bordo ao longo das reuniões de 2026, e a recomendação foi aprovada.

Já a REC 10/2025C também teve grande debate. SINDIPESCA-RN questionou se a proposta incluiria uso econômico, especialmente do atum-azul, destacando sua melhora no status na ICCAT. O GTC esclareceu que a medida não implica liberação automática para captura ou comercialização, mas o reconhecimento formal de uso, passo prévio para eventual normatização, considerando as especificidades e cotas internacionais de cada espécie. MMA e IBAMA ressaltaram que qualquer autorização exigiria definição clara de destinação e controle, evitando desvios de uso. Debatida a inclusão do uso de câmeras como condicionante, consolidou-se a redação como avaliação da possibilidade, sob responsabilidade do MMA e GTC, respeitando as particularidades de cada espécie. A recomendação foi aprovada por consenso.

A REC 11/2025C foi aprovada por consenso.

Retomando a discussão sobre a REC 08/2025C, a Sra. Sandra Souza (SNPI/MPA) esclareceu que o MPA não solicitou o cancelamento da divulgação do NDF do Tubarão-



MINISTÉRIO DA PESCA E AQUICULTURA

azul, relatando que confirmou a informação via ligação com o Secretário-Executivo, chefias de gabinete e do ministro e coordenação do CONAPE, além de mencionar ofício do IBAMA que indicou cancelamento por “força maior”, e não por pedido do MPA. A Sra. Thamires Ventura detalhou os ofícios e tentativas anteriores de reunião sobre o tema.

O IBAMA sustentou que poderia ter havido interpretação sobre necessidade de alinhamento prévio e manteve posicionamento contrário à recomendação.

Representantes da PESCA-BR defenderam o encaminhamento à Casa Civil e mencionaram possível provocação ao MPF, e o Sr. Rodrigo Sant’Ana (GTC) questionou eventual prevaricação diante da postergação.

Após solicitação do IBAMA pela manifestação do MMA, o Sr. Antônio Lezama (MMA) informou não ter elementos para se manifestar.

A Sra. Cláudia Zagaglia (IBAMA), então, questionou o critério para manutenção de recomendações e lembrou que antes havia votação, mas passou a prevalecer o consenso no CPG, reforçando a posição contrária do IBAMA à recomendação. A Sra. Sandra Souza (SNPI/MPA) confirmou a adoção do consenso e afirmou que, sem ele, não seria possível avançar.

A Sra. Laís Pestana (ABIPESCA) citou a Portaria SAP/MAPA nº 554/2022 quanto à possibilidade de votação para as recomendações e criticou a prática do consenso, que inviabilizava deliberações.

A Sra. Sandra informou que poderia abrir para votação, no entanto sem quórum de membros não poderia ocorrer votação. Desta forma, a recomendação não foi aprovada, no entanto, a Sra. Sandra informou que o MPA teria autonomia para encaminhar ofício fora do CPG. Representantes solicitaram registro em ata e acesso à gravação.

O Sr. Antônio Carlos Corrêa (PESCA-BR) comunicou que PESCA-BR, ABIPESCA e SINDIPI enviarão ofício ao MPF e solicitou a gravação da reunião. Foi orientado a formalizar o pedido por e-mail.



MINISTÉRIO DA PESCA E AQUICULTURA

A ABIPECA pediu registro detalhado da discussão em ata.

A Sra. Sandra Souza, Secretária Executiva do CPG, então, reforçou que haviam dez recomendações aprovadas, com a retirada da oitava recomendação. Desta forma, a numeração das recomendações subsequentes foi alterada. Em sequência, abriu espaço para novas propostas de recomendações, caso não tenham sido contempladas.

O Sr. Antônio Carlos Corrêa sugeriu convidar representante da Marinha para tratar do tratado de alto mar em próxima reunião.

A Sra. Sandra Souza sugeriu que a pauta seja solicitada após encaminhamento da agenda prévia da próxima reunião. A Sra. Thamires Ventura orientou que sugestões de pautas fossem encaminhadas por e-mail ao CPG no decorrer do ano, não necessariamente apenas após encaminhamento de agenda prévia das reuniões, para facilitar a logística de contato com convidados e organização de novas apresentações.

O Sr. Alex Lira (SERMOP/MPA) apoiou a inclusão de bloco sobre legislação internacional e como interfere internamente no Brasil.

O Sr. Wilson Santos (FIESC) propôs duas recomendações sobre o estoque Oeste de Skipjack: criação urgente de painel de monitoramento diante da futura cota de 30 mil toneladas e avaliação do esforço de frota para ocupar possível saldo de 8 mil a 10 mil toneladas. O Sr. Rodrigo Sant'Ana (GTC) informou que a análise da frota já seria apresentada em fevereiro de 2026, e o Sr. Wilson concordou com a retirada da segunda proposta. O Sr. Alex Lira confirmou viabilidade técnica do painel de monitoramento, visto que já é feito para outras espécies.

A Sra. Sandra questionou se a recomendação seria de “avaliar a possibilidade” de um painel de monitoramento da cota de captura do bonito-listrado ou “publicar” um painel, e se o prazo seria ao longo de 2026.



MINISTÉRIO DA PESCA E AQUICULTURA

O Sr. Alex Lira solicitou alteração de prazo para março de 2026, pois os dados já estavam avançados, e o Sr. Wilson Santos confirmou que a redação “Publicar um painel” seria mais adequada, elogiando o desempenho do MPA e adiantamento da demanda.

Desta forma, ficou aprovada a inserção da recomendação para publicar painel de monitoramento do bonito-listrado (SKJ) até março de 2026.

Após as discussões, foram compiladas as onze [recomendações da 8ª Reunião Ordinária do CPG Atuns e Afins](#), as quais se encontram na tabela abaixo:

RECOMENDAÇÃO	RESPONSÁVEL (Nome/instituição)	PRAZO PARA ATENDIMENTO*
REC 01/2025C: Verificar a possibilidade de incentivar a cadeia produtiva da albacora-branca.	MPA	1º Semestre de 2026
REC 2/2025C: Fortalecer a coleta de dados biológicos do bonito-listrado na indústria.	MPA e MMA	Ao longo de 2026
REC 3/2025C: Encaminhar à Coordenação do CPG Atuns e Afins propostas de alocação de cota entre os países para a albacora-bandolim, considerando os impactos no estoque de albacora-laje para o ano de 2027.	Membros do CPG Atuns e Afins	Até 15 de fevereiro de 2026
REC 04/2025C: Verificar a possibilidade de publicar norma transitória permitindo o uso de trapline (espinhel de lacinho) e deep-setting (largada profunda) pela frota de espinhel de atuns.	MPA e MMA	Ao longo de 2026
REC 05/2025C: Alocar o limite de captura da albacora bandolim conforme a alocação de 2025, com 5% de buffer, possibilidade de redistribuição da cota por área e definição de gatilho para a redistribuição da cota.	MPA e MMA	Até janeiro de 2026
REC 06/2025C: Avaliar a possibilidade da alocação de cotas da albacora-bandolim por região (N/NE e SE/S).	GTC Atuns e Afins	Ao longo de 2026
REC 07/2025C: Avaliar a possibilidade de separar as modalidades de permissionamento de espinhel regionalmente.	GTC Atuns e Afins	Ao longo de 2026
REC 08/2025C: Apresentar os resultados das análises preliminares dos Mapas de Bordo entregues ao ICMBio/Grandes Unidades Oceânicas.	ICMBio	Ao longo das reuniões de 2026



MINISTÉRIO DA PESCA E AQUICULTURA

REC 09/2025C: Avaliar a possibilidade de uso/desembarque controlado de tubarão-mako, atum-azul, agulhão-negro e agulhão-branco condicionado ao uso de câmeras particulares, com a finalidade de melhorar o reporte de dados sobre as capturas incidentais, respeitando as especificidades e peculiaridades de cada espécie conforme recomendação do GTC Atuns e Afins.	GTC Atuns e Afins e MMA	Ao longo de 2026
REC 10/2025C: Enviar dados ao GTC Atuns e Afins para viabilizar o atendimento das demandas definidas no cronograma de trabalho do GTC Atuns e Afins.	MPA	Até de janeiro de 2026
REC 11/2025C: Publicar painel de monitoramento de captura do bonito-listrado.	MPA	Até março de 2026

*Trata-se do prazo para dar início às tratativas da recomendação.

A Sra. Sandra Souza (SNPI/MPA) agradeceu a contribuição de todos na elaboração das recomendações, e seguiu para a última pauta, de definição de calendário.

16. DEFINIÇÃO DO CALENDÁRIO DE REUNIÕES DO CPG ATUNS E AFINS

A Sra. Sandra Souza questionou se haveria sugestões para datas para a próxima reunião, lembrando que só poderia ocorrer a partir de março, devido à ausência de recursos para viagens em janeiro e fevereiro.

O Sr. Sant'Ana (GTC) destacou a necessidade de realizá-la antes da reunião da ICCAT, prevista para 30 de março, e o Sr. Alex Lira (SERMOP/MPA) concordou, argumentando que seria necessário para consolidar a posição do país junto ao setor.

A Sra. Laís Pestana lembrou sobre o Simpósio do BBNJ, que ocorreria nos dias 10 e 11 de março. A Sra. Adayse Bossolani (SNPA/MPA) lembrou da reunião do CONAPE, também em março.

A Sra. Sandra Souza sugeriu que a reunião ocorresse na semana do dia 16 de março. Ao ser questionada pelo IBAMA sobre a duração da reunião, confirmou que seriam



MINISTÉRIO DA PESCA E AQUICULTURA

dois dias, a pedido do GTC. Quanto ao local, após diversas sugestões, ficaram como opções Aracaju ou Brasília, a definir posteriormente.

17. ENCERRAMENTO

A Secretária Executiva, Sra. Sandra Souza, agradeceu a participação de todos, tanto os que acompanharam presencialmente quanto de forma virtual. Manifestou votos de um ótimo Natal e expressou a expectativa de que, em 2026, as discussões fossem mais aprofundadas, com menos conflitos, e que os atos normativos fossem publicados dentro dos prazos, desejando a todos um excelente ano. Por fim, solicitou que todos se posicionassem para a foto oficial da reunião, em seguida, declarou encerrada a 8ª Reunião Ordinária do CPG Atuns e Afins.